



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

**BRASÍLIA-DF
2014**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA-DF
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
DESENVOLVIMENTO	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	8
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	8
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	11
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	15
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	17
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	18
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	18
2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DA UNIDADE	19
2.2 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	27
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	31
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	31
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	32
3.3 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.....	35
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	35
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	36
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	36
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	41
6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	45
6.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	45
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	45
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	45
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	46
8.1 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TI E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS E SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS REICLÁVEIS	47
8.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS ADOTADAS PELAS UJ PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	48
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	48
9.1 TRATAMENTO DAS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	49
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	50
9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	50
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	52
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	52
10.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO	53
10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO	53
10.3 RESULTADOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS	53
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	54
11.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	54
11.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976.....	55

12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	55
12.1	PERMUTAS IMOBILIÁRIAS COM A UNIÃO FEDERAL/COMANDO DO EXÉRCITO	55
12.2	ANÁLISE CRÍTICA	57
	CONCLUSÃO	58
	ANEXOS	59
	ANEXO I – MAPA ESTRATÉGICO DA FHE – 2012 A 2016	60
	ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR	61
	ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	62
	ANEXO IV – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2013	69

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APE	–	Associação de Poupança e Empréstimo
CCIEx	–	Centro de Controle Interno do Exército
CGU	–	Controladoria-Geral da União
CNAE	–	Código Nacional de Atividades Econômicas
CPOR	–	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DOU	–	Diário Oficial da União
EB	–	Exército Brasileiro
FAM	–	Fundo de Apoio à Moradia
FHE	–	Fundação Habitacional do Exército
GDF	–	Governo do Distrito Federal
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITBI	–	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
LOA	–	Lei Orçamentária Anual
NBC	–	Norma Brasileira de Contabilidade
NPOR	–	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OM	–	Organização Militar
Qtd.	–	Quantidade
PAINT	–	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PEM	–	Programa Especial de Moradia da FHE
PETI	–	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PortCmdo Ex	–	Portaria do Comando do Exército
PRICE	–	Sistema Francês de Amortização de Empréstimos
PROCAP	–	Programa Casa Própria da FHE
PRT-TCU	–	Portaria do Tribunal de Contas da União
SAC	–	Sistema de Amortização Constante
SFH	–	Sistema Financeiro Habitacional
SIAFI	–	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	–	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	–	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN	–	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal
SIORG	–	Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
UJ	–	Unidade Jurisdicionada
UTA	–	Unidade Técnico-Administrativa

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	8
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	32
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013	36
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2013	37
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	38
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013	38
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013	38
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	40
QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	42
QUADRO A.5.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	43
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	45
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	47
QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	49
QUADRO A.12.1 – RELAÇÃO DAS PERMUTAS IMOBILIÁRIAS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO	55

INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objetivo a apresentação do relatório de gestão da Fundação Habitacional do Exército – FHE, referente ao exercício de 2013, que, conforme determinado na Decisão Normativa do TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, é prestado na forma individual.

O relatório está organizado segundo especificado na Decisão Normativa nº 127 e estruturado em Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. O Desenvolvimento foi elaborado de acordo com os conteúdos discriminados nos itens do Anexo Único, da Parte A, da PRT-TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, que se aplicam à FHE.

Não se aplica à realidade da FHE, conforme PRT-TCU nº175/2013, o **item 4, da Parte A** – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira - tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art. 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE* não serão destinados recursos orçamentários da União.”. Assim, a FHE não tem objetivos, iniciativas, nem ações relacionadas ao Plano Plurianual, nem à Lei Orçamentária Anual (LOA) nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

Em 2013, a Fundação Habitacional do Exército manteve o cumprimento de sua missão institucional, apesar da persistência da inflação, da redução sucessiva dos percentuais estimados de crescimento econômico e do ciclo de ajuste na taxa básica de juros.

Desde janeiro 2013, os militares da Marinha e da Aeronáutica passaram a contar com os benefícios do Programa Casa Própria (PROCAP), que, entre outras vantagens, possibilita o financiamento de até 90% do valor do imóvel. Até então, o PROCAP atendia, exclusivamente, aos militares do Exército.

A FHE inovou ao possibilitar aos beneficiários a utilização do consórcio para a obtenção do financiamento imobiliário. Para tal, foi criado o lance especial de quitação do saldo devedor com recursos da própria carta de crédito, que reúne o montante necessário para a entrada no financiamento.

No crédito pessoal, militares, pensionistas, servidores civis das Forças Armadas e demais beneficiários tiveram a oportunidade de antecipar a renovação do Empréstimo Simples. A promoção foi realizada em abril e novembro, auxiliando milhares de pessoas no custeio de despesas emergenciais.

O Seguro Auto FHE ampliou o número de seguradoras parceiras e fechou o ano de 2013 com cinco companhias à disposição dos militares das Forças Armadas, seus pensionistas e familiares. Dessa forma, buscou dar mais opções ao seu público, agregando preços competitivos, novas coberturas e formas de pagamento, e melhorando a qualidade do atendimento.

As indenizações do seguro de vida oferecido gratuitamente pela FHE aos recrutas e aos alunos de Colégios Militares, Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva tiveram seus valores atualizados em 2013. Caso sofra algum acidente ou venha a falecer, o militar ou a família receberá uma importância segurada maior. A garantia dessas coberturas não gera custo algum ao militar.

A FHE continuou a investir em patrocínios e apoios, priorizando as Organizações Militares e as iniciativas voltadas para a educação e para o esporte, destinando recursos às creches para filhos de militares e para instituições filantrópicas civis.

DESENVOLVIMENTO**1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE****1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Comando do Exército		Código SIORG: 00094
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Fundação Habitacional do Exército		
Denominação abreviada: FHE		
Código SIORG: 00957	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Código do Órgão (27201) – Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundação Pública de Direito Privado		
Principal Atividade: Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente.		Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3314-7500	FAX: (061) 3314-7509
Endereço eletrônico:		
Página na Internet: http://www.fhe.org.br		
Endereço Postal: Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – Brasília-DF – CEP 70630-902		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980 – Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Decreto nº 86.050, de 1º de junho de 1981 – Constitui a Fundação Habitacional do Exército, aprova o seu Estatuto e dá outras providências; • Lei nº 7.059, de 06 de dezembro de 1982 – Altera o artigo 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989 – Amplia as atividades da Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Decreto de 24 de maio de 1994 – Delega competência ao Ministro de Estado do Exército para aprovar o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (FHE). 		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> • Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011 – Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências (DOU nº 230, de 01 de dezembro de 2011). 		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplicam.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica.	Não se aplica.	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica.	Não se aplica.	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.	Não se aplica.	

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE**1.2.1 Parágrafo 2º, do Art.1º da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980**

“A Fundação Habitacional do Exército – FHE integra o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, tendo por objetivo gerir a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX.”

1.2.2 Art. 1º da Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989

“As atividades da Fundação Habitacional do Exército – FHE, criada pela Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, ficam ampliadas para prestar apoio social aos militares do Exército, atendendo a diretrizes e orientação do Comandante do Exército, podendo a referida Fundação, para esse fim, realizar as operações que se fizerem necessárias.”

De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13 de abril de 1989, não são destinados à FHE recursos orçamentários da União. Deste modo, a Fundação não está inserida no Orçamento Geral da União e os objetivos e metas também não são previstos no Plano Plurianual, nem na Lei Orçamentária Anual e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

1.2.3 Art. 3º do Estatuto da FHE aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011

“Compete à FHE para a consecução dos seus objetivos:

- I. facilitar o acesso à casa própria aos associados da APE/POUPEX, prioritariamente aos militares do Exército;
- II. realizar empreendimentos habitacionais cujo interesse venha a ser manifestado pelo Comandante do Exército;
- III. contribuir para o bem-estar social da família militar, atuando prioritariamente nas áreas habitacional e de assistência social;
- IV. incentivar a captação de poupança, buscando eficiência, produtividade e solidez econômico-financeira;
- V. realizar operações financeiras e tomar empréstimos junto à APE/POUPEX e a outros agentes financeiros, na qualidade de agente integrante do SFH;
- VI. realizar, diretamente ou em cooperação com outras entidades, pesquisas e estudos de natureza técnica na área da construção civil e no campo social, visando principalmente à economia na produção de habitações para os associados da APE/POUPEX;
- VII. cooperar com órgãos e entidades integrantes do SFH, naquilo que se relacione com as atividades e objetivos desse Sistema;
- VIII. conceder empréstimos aos seus beneficiários, com prioridade para os militares do Exército; e
- IX. constituir e administrar grupos de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços.

§1º A FHE pode ainda assumir direta ou indiretamente a responsabilidade pela elaboração e execução de estudos e projetos que considere prioritários nos seus campos de atuação e negociá-los com grupos e entidades interessados, participando inclusive nos empreendimentos decorrentes.

§2º À FHE é facultado receber doações no País e no exterior, observada a legislação pertinente, podendo, na contratação com entidades estrangeiras, aceitar cláusulas e condições usuais nessas operações.”

1.2.4 Art. 6º da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980

“Compete, ainda, à Fundação Habitacional do Exército – FHE:

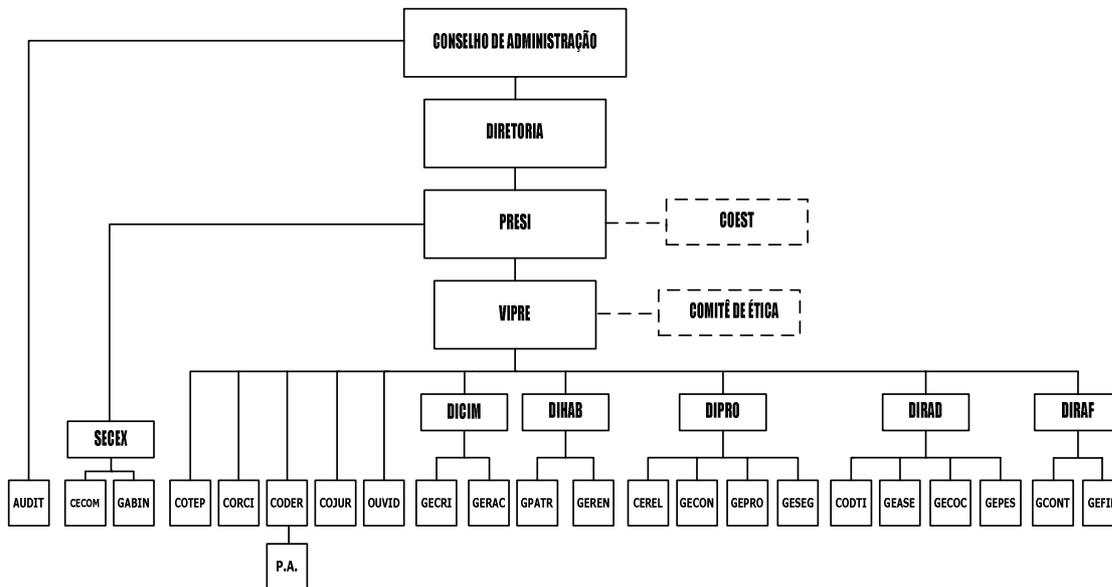
- I. supervisionar a aplicação de recursos da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX concedidos a agentes promotores de programas habitacionais;
- II. desenvolver, em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnica e econômica, a fim de fornecer base à melhoria, aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas relacionados com suas atividades;
- III. realizar, diretamente ou em cooperação, estudos técnicos e científicos, visando às atividades do ramo de construção civil e afins, aos fatores de produção da habitação e ao treinamento de profissionais a elas vinculados;
- IV. aprovar e coordenar programas especiais, em caráter de excepcionalidade, particularmente para os associados de baixa renda;
- V. autorizar investimentos pela Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em outras áreas onde o Banco Nacional da Habitação aplique seus próprios recursos, com o objetivo de obter maior rentabilidade do capital empregado, tendo em vista viabilizar programa imobiliário;
- VI. adquirir terrenos para serem revendidos, sem caráter especulativo, aos agentes promotores que utilizem recursos da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX;
- VII. atuar como sociedade mandatária dos associados da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, nas suas Assembleias, independentemente da outorga de mandato;
- VIII. fiscalizar as obras e serviços dos agentes promotores do que trata o inciso I.”

1.2.5 Art. 32 do Estatuto da FHE aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28 de novembro de 2011

“A FHE utilizar-se-á da estrutura funcional, física e lógica disponibilizada pela APE/POUPEX para condução de suas atividades, no percentual indicado como necessário para o atendimento de suas necessidades, para o que ressarcirá aquela Associação na mesma proporção dos gastos realizados para tanto.”

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



1.3.1. Conselho de Administração – CA

Órgão colegiado responsável pela aprovação e acompanhamento das políticas, do plano estratégico, do planejamento anual, dos orçamentos anuais de custeio e de investimentos, da aprovação e da alteração do Plano de Cargos e Salários, dos regimentos internos e da apreciação das contas e dos relatórios anuais.

1.3.1.a. Auditoria Interna - AUDIT

Desenvolver trabalhos de auditoria na Instituição, assessorar e acompanhar as atividades de fiscalização realizadas pelos órgãos de controle e outros órgãos competentes.

1.3.2. Diretoria

Órgão colegiado integrado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército.

Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir o Estatuto da FHE e as Resoluções, fixar as normas gerais de operação e de utilização de seus recursos, normas especiais para o atendimento a programas de interesse do Comando do Exército. Também lhe compete a aprovação e orientação geral para as atividades gerais da Instituição, estrutura organizacional, as normas do Manual da Organização - no nível estratégico - lotação e dotação de pessoal, tabelas de salários do Plano de Cargos Carreiras e Salários, orçamento, balancetes e os balanços financeiros e patrimoniais, submetendo-os à Secretaria de Economia e Finanças, acompanhar a execução dos Programas e do Orçamento. Autorizar a criação de fundos de provisão e de reserva, a transferência, renúncia e desistência de direitos, bem como a aquisição, oneração e alienação de bens patrimoniais, a assinatura dos contratos a que se refere o Art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 6.855, de 1980.

1.3.3. Presidência – PRESI

Ao Presidente da FHE, além das atribuições no CA e na Diretoria, cabe executar e mandar executar o programa de ação da FHE e as demais decisões da Diretoria e do CA, representar a FHE ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele, convocar e presidir as reuniões da Diretoria, definir as atribuições dos membros da Diretoria, encaminhar ao órgão competente do Comando do Exército a prestação de contas do exercício anterior, submeter à Diretoria as matérias que, ao seu critério, mereçam manifestação do Colegiado. Autorizar a contratação de serviços técnicos e especializados, submeter os relatórios à apreciação do CA, manter o Comandante do Exército informado sobre as atividades da FHE, administrar a execução do planejamento anual e das políticas e formular diretrizes.

1.3.3.a. Comitê Estratégico – COEST

É um órgão de assessoramento direto e imediato do Presidente da FHE, responsável por elaborar estudos prospectivos que resultem na construção de cenários que tratem da evolução do negócio da Instituição.

1.3.3.b. Secretaria Executiva – SECEX

Assessorar e assistir ao Presidente em assuntos de sua competência, exercer a supervisão e coordenação dos projetos e das atividades das Unidades Técnico-Administrativas (UTA) integrantes da estrutura da Secretaria.

1.3.3.b.1. Centro de Comunicação – CECOM

Coordenar as atividades de comunicação social (jornalismo, relações públicas internas e externas, publicidade e propaganda) e de marketing.

1.3.3.b.2. Gabinete – GABIN

Assistir ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Secretário Executivo no exame de assuntos de sua alçada; realizar as atividades de apoio administrativo e de Secretaria dos Órgãos Colegiados e as relativas à concessão de Apoios da FHE.

1.3.4. Vice Presidência – VIPRE

Ao Vice-Presidente da FHE, além de suas atribuições no CA e na Diretoria, cabe o assessoramento ao Presidente na formulação de políticas e diretrizes da Instituição. Supervisiona, coordena e controla as UTA que lhe são diretamente subordinadas, a saber: Coordenadoria dos Escritórios Regionais (CODER), Consultoria Jurídica (COJUR), Consultoria Técnica e de Planejamento (COTEP), Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI) e Ouvidoria (OUVID). Atualmente, responde pela presidência do Comitê de Ética da FHE.

Compete ao VIPRE substituir o Presidente nos seus impedimentos e nas ausências eventuais, dando ciência disso ao órgão governamental responsável pela fiscalização das entidades integrantes do SFH.

1.3.4.a. Comitê de Ética

Órgão Colegiado de natureza consultiva, educativa e elucidativa que tem por finalidade zelar pela obediência, observância e atualidade dos preceitos estabelecidos no Código de Ética da Instituição.

1.3.4.b. Consultoria Técnica e de Planejamento – COTEP

Gerir as atividades relativas ao Planejamento Estratégico, Orçamento, Custos, Organização, Sistemas e Métodos da Instituição, Análise de Ambiente e Inteligência Competitiva, assessorando a alta administração na tomada de decisão.

1.3.4.c. Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

Coordenar as atividades relativas aos riscos inerentes às atividades da Instituição e ao Sistema de Controles Internos, em consonância com as Diretrizes, Políticas e Normas e de acordo com a legislação em vigor.

1.3.4.d. Coordenadoria Regional dos Escritórios - CODER

Supervisionar, coordenar e controlar os Pontos de Atendimento da FHE.

1.3.4.d.1. Ponto de Atendimento

Atender aos clientes, divulgar e comercializar os produtos e serviços, em consonância com as Diretrizes e Políticas da Instituição.

1.3.4.e. Consultoria Jurídica – COJUR

Gerir os assuntos e atividades de natureza jurídica da FHE.

1.3.4.f. Ouvidoria – OUVID

Gerir as atividades da Ouvidoria, disponibilizando diversos canais de comunicação com os clientes e buscando, junto à Alta Administração, dar tratamento, com transparência e impessoalidade, às sugestões, aos elogios e às denúncias, bem como às reclamações de demandas de clientes que não foram solucionadas pelos canais habituais de atendimento.

1.3.5. Diretoria de Crédito Imobiliário – DICIM

Assistir ao Presidente e ao Vice-Presidente nas atividades ligadas às suas respectivas atribuições, bem como executar e mandar executar os programas de ação da FHE, atuando na política de crédito imobiliário, tanto na sua concessão quanto na sua administração.

1.3.5.a. Gerência de Administração de Crédito Imobiliário - GERAC

Gerir as atividades relacionadas à administração dos créditos imobiliários em retorno, durante toda a vigência do contrato, de acordo com as exigências legais e estatutárias.

1.3.5.b. Gerência de Crédito Imobiliário - GECRI

Gerir as atividades relacionadas à concessão de crédito imobiliário, em consonância com as diretrizes, objetivos e políticas da Instituição.

1.3.6. Diretoria de Habitação – DIHAB

À DIHAB compete promover empreendimentos habitacionais próprios da FHE ou em parceria com a iniciativa privada, efetuar a comercialização desses empreendimentos e dos imóveis

recebidos pela FHE e pela POUPEX; e efetivar remanejamentos patrimoniais com o Exército Brasileiro.

1.3.6.a. Gerência de Patrimônio - GPATR

Gerir as atividades relativas ao patrimônio imobiliário da Instituição em consonância com a legislação aplicável e com as Diretrizes, Objetivos e Política da Instituição.

1.3.6.b. Gerência de Engenharia - GEREN

Gerir as atividades de engenharia/arquitetura inerentes aos pontos de atendimento, avaliação de imóveis, patrimônio da FHE, remanejamento patrimonial e empreendimentos imobiliários, em consonância com os objetivos e políticas da Instituição.

1.3.7. Diretoria de Produtos – DIPRO

Compete à DIPRO administrar as parcerias com órgãos da administração pública direta e indireta e entidades privadas, corretoras e seguradoras.

1.3.7.a. Centro de Relacionamento com o Cliente - CEREL

Gerir as atividades de teleatendimento receptivo e ativo com o Cliente por meio dos diversos canais de atendimento. Divulgar e comercializar, por telefone, os produtos e serviços da FHE.

1.3.7.b. Gerência de Consórcio - GECON

Gerir as atividades relativas à constituição, comercialização e administração de grupos de consórcio.

1.3.7.c. Gerência de Produtos - GEPRO

Administrar as atividades de concessão de empréstimos pessoais, Financiamento Digital e retorno dos créditos concedidos; e as atividades relativas à comercialização e administração do Seguro de Vida – FAM.

1.3.7.d. Gerência de Seguros - GESEG

Gerir as atividades relativas à administração de seguros e parcerias com corretoras e seguradoras.

1.3.8. Diretoria Administrativa – DIRAD

Compete à DIRAD coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à: administração de materiais e patrimônio; licitações e aquisições; segurança, transporte e expedição; manutenção e conservação predial; administração dos recursos humanos e organização administrativa; e gestão na área de tecnologia da informação.

1.3.8.a. Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CODTI

Gerir os projetos e atividades de Tecnologia da Informação no âmbito da Instituição e junto aos seus parceiros e fornecedores.

1.3.8.b. Gerência de Administração da Sede - GEASE

Gerir as atividades relativas à administração da Sede da Instituição.

1.3.8.c. Gerência de Compras e Contratos - GECOC

Gerir as atividades relativas às contratações de compras, serviços de terceiros, licitações e serviços de engenharia.

1.3.8.d. Gerência de Pessoal - GEPES

Gerir os recursos humanos da Instituição e requisitados.

1.3.9. Diretoria de Administração Financeira – DIRAF

Compete à DIRAF administrar parcerias e convênios com instituições financeiras, órgãos públicos e entidades privadas, no âmbito das atribuições da Diretoria. Autorizar a liberação de valores não provisionados, o pagamento de despesas relativas a multas, mora, juros e outras cominações, cujo fato gerador tenha ocorrido por falhas operacionais internas, no âmbito das áreas sob sua subordinação imediata, e determinar a apuração de responsabilidades. Responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade junto aos órgãos governamentais, obedecendo, inclusive, às instruções do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e da Auditoria Independente.

1.3.9.a. Gerência de Contabilidade - GCONT

Gerir as atividades contábeis da Instituição, em conformidade com a legislação aplicável.

1.3.9.b. Gerência Financeira - GEFIN

Gerir as atividades relativas à administração de recursos financeiros, controlar a competência e a alçada do emitente de documento autorizativo de dispêndio.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSOS ESTRATÉGICOS		
GESTÃO ORGANIZACIONAL	GESTÃO INSTITUCIONAL	CONTROLE INSTITUCIONAL
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS		
GESTÃO DE CLIENTES E PRODUTOS	GESTÃO IMOBILIÁRIA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	OPERAÇÃO DE SEGURO	OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO
CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS		

Fonte: Consultoria Técnica e de Planejamento - COTEP

1.4.1 Macroprocessos Estratégicos

Os Macroprocessos Estratégicos são desenvolvidos em consonância com os manuais da instituição e dentro das unidades responsáveis de acordo com suas competências. Os Macroprocessos Estratégicos são desdobrados em processos, conforme se verifica a seguir:

1.4.1.a Gestão Organizacional

Processos: Definir a Estratégia, Gerir Orçamentos e Custos, Gerir Programas e Projetos e Gerir Processos.

1.4.1.b Gestão Institucional

Processos: Realizar Processo Decisório, Elaborar e Gerir Normativos Internos, Gerir Ações de Responsabilidade Social e Gerir Comunicação Institucional.

1.4.1.c Controle Institucional

Processos: Gerir Controles Internos e Riscos, Realizar Auditoria Interna, Gerir Ouvidoria e Prestar Informações de Controle Externo.

1.4.2 Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos são desenvolvidos em consonância com os manuais da instituição e dentro das unidades responsáveis de acordo com suas competências. Os Macroprocessos Finalísticos são desdobrados em processos, conforme se verifica a seguir:

1.4.2.a Gestão de Clientes e Produtos

Processos: Desenvolver Produtos e Parcerias, Definir Estratégia de Vendas e de Relacionamento com o Cliente, Realizar Campanhas de Marketing, Comercializar Produtos e Serviços, Promover Relacionamento com o Cliente e Monitorar Performance de Vendas e Canais e Gerir Cobrança.

1.4.2.b Gestão Imobiliária

Processos: Realizar Estudo de Viabilidade, Remanejar, Adquirir e Gerir Terrenos, Gerir Projetos, Gerir Contratos de Construção, Realizar Gestão Financeira e Administrar Carteira de Imóveis.

1.4.2.c Operações de Crédito Imobiliário

Processos: Analisar Proposta de Financiamento Imobiliário, Analisar Documentos e Formalizar Contratação de Financiamento Imobiliário, Analisar Laudos de Obras e Liberar Recursos, Administrar Contratos de Financiamento Imobiliário, Controlar Retorno de Crédito e Executar Dívida Extrajudicialmente.

1.4.2.d Operação de Empréstimo

Processos: Verificar e Tratar Liberações de Empréstimo, Gerir Crédito Concedido em Empréstimo e Renegociar Contratos de Empréstimo.

1.4.2.e Operação de Seguro

Processos: Realizar Repasse Contábil e Pagamento de Prêmio, Acompanhar Resultado das Apólices, Consultar Beneficiários e Avisar Sinistro e Gerir Pagamento de Sinistro.

1.4.2.f Operações de Consórcio

Processos: Formalizar e Inaugurar Grupos, Administrar Grupo, Gerir Aquisições e Encerrar Grupo.

1.4.2.g Captação e Gestão de Recursos Financeiros

É conduzido por intermédio do processo único de Captar FAM.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

MACROPROCESSOS DE APOIO		
GESTÃO DE PESSOAS	GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DE APOIO JURÍDICO	GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Fonte: Consultoria Técnica e de Planejamento – COTEP

1.5.1 Macroprocessos de Apoio

Os Macroprocessos de Apoio são desenvolvidos em consonância com os manuais da instituição e dentro das unidades responsáveis de acordo com suas competências. Os Macroprocessos de Apoio são desdobrados em processos, conforme se verifica a seguir:

1.5.1.a Gestão de Pessoas

Processos: Recrutar, Selecionar e Admitir Empregados, Desenvolver Empregados por Competências, Gerir Alteração Funcional e Desligamento, Administrar o Pagamento de Pessoal e Gerir Saúde e Segurança no Trabalho.

1.5.1.b Gestão de Apoio Jurídico

Processos: Prestar Consultoria Jurídica, Gerir Acordo Extrajudicial, Gerir Ações Judiciais e Gerir Processos Administrativos.

1.5.1.c Gestão Financeira e Contábil

Processos: Processar Pagamentos, Controlar Fluxo de Caixa, Realizar Conciliação Bancária e Contabilizar FHE.

1.5.1.d Gestão de Tecnologia da Informação

Processos: Gerir Portfólio e Mudança de TI, Desenvolver e Manter Soluções de TI, Gerir Infraestrutura de TI, Gerir Suporte de TI, Gerir Segurança de TI.

1.5.1.e Gestão de Compras e Contratações

Processos: Realizar Planejamento Anual de Compras, Realizar Compras e Contratações, Gerir Contratos de Serviços, Gerir Bens Materiais.

1.5.1.f Gestão de Infraestrutura e Logística

Processos: Gerir Manutenções, Gerir Segurança Predial, Gerir Protocolo, Controlar Frota de Veículos e Realizar Alterações Prediais.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

PARCEIROS INTERNOS	
Denominação Completa	Macroprocessos Finalísticos
Comando do Exército	Gestão Imobiliária Operações de Crédito Imobiliário
Comando da Marinha	Operações de Crédito Imobiliário
Comando da Aeronáutica	Operações de Crédito Imobiliário
PARCEIROS EXTERNOS	
Denominação Completa	Macroprocessos Finalísticos
Consultoria Processamento e Sistemas - CPS	Operações de Crédito Imobiliário
MI Montreal Informática S/A	Operações de Crédito Imobiliário
SST – Secrel Sistemas e Terceirizações Ltda	Operações de Crédito Imobiliário
SERASA S/A	Operações de Crédito Imobiliário
Caixa Econômica Federal	Operações de Crédito Imobiliário Operações de Seguro
PROSEG - Administradora e Corretora de Seguros Ltda	Operações de Seguro
Allianz Seguros S.A	Operações de Seguro
Bradesco Seguros S.A	Operações de Seguro
Bradesco Vida e Previdência S.A	Operações de Seguro
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A	Operações de Seguro
Generali do Brasil S.A	Operações de Seguro
Grupo Segurador BB Mapfre	Operações de Seguro
Itaú Seguros S.A	Operações de Seguro
HDI Seguros S.A	Operações de Seguro
Tóquio Marine Seguradora S.A	Operações de Seguro
ODONTOPREV S.A	Operações de Seguro
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A	Operações de Seguro
Mercante Administradora e Corretora de Seguro Ltda	Operações de Seguro
Aqui Corretora Ltda	Operações de Seguro
Marítima Seguros S.A	Operações de Seguro
Paulo Octávio Investimentos Imobiliários LTDA	Gestão Imobiliária
Via Engenharia S/A	Gestão Imobiliária

Fonte: Gerência de Administração do Crédito - GERAC, Gerência de Seguros – GESEG, Gerência de Patrimônio - GPATR e Gerência de Engenharia – GEREN.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Não se aplica à FHE o subitem **2.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCERIA E RESULTADOS ALCANÇADOS** - da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013, em razão do que prevê o Art. 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da

FHE, nos seguintes termos: “À *Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.*”. Assim, a FHE não possui programa temático, objetivos ou ações relacionadas ao Plano Plurianual, nem à Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DA UNIDADE

2.1.1 Planos Estratégico, Tático e Operacional

A execução do planejamento de 2013, inserida no ciclo do planejamento estratégico que contempla o quinquênio 2012-2016, orientou-se nos direcionadores estratégicos traduzidos na missão, na visão, nos valores e em seu negócio, conforme descritos a seguir:

- **MISSÃO:** “Promover melhor qualidade de vida aos seus clientes, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços.”
- **VISÃO:** “Ser a parceira preferencial das Forças Armadas, reconhecida como Instituição confiável, sólida e transparente, voltada à satisfação de seus clientes.”
- **VALORES:** Profissionalismo, Excelência, Transparência, Respeito e valorização do ser humano, Confiabilidade, Competência.
- **NEGÓCIO:** Qualidade de vida.

A FHE possui Mapa Estratégico próprio ([Anexo I](#)), estabelecido para o quinquênio 2012-2016, cuja representação gráfica permite a visualização dos objetivos estratégicos, balanceados em perspectivas, interligado em relações de causa e efeito.

Para o cumprimento de sua missão institucional, a FHE oferece linhas de crédito para financiamento imobiliário e produz empreendimentos habitacionais voltados ao seu público, em todo território nacional.

Para garantir a tranquilidade e a saúde do seu público-alvo, a instituição disponibiliza opções de crédito pessoal, diferentes modalidades de consórcio e diversos ramos de seguro, em condições específicas e especiais, para beneficiar a família militar, em todo o território nacional.

Além da oferta de produtos e serviços, a FHE colabora com incentivos a atividades educacionais, esportivas, assistenciais e culturais desenvolvidas em Organizações Militares e com outros parceiros institucionais. Os patrocínios e apoios sociais atendem a projetos de excelência condizentes com as necessidades dos públicos aos quais se destinam.

2.1.2 Demonstração da Vinculação do Plano da UJ com as competências Constitucionais, Legais ou normativas e com o PPA

Para alinhar a instituição ao cumprimento de sua finalidade, a FHE possui um processo de planejamento estratégico dinâmico e participativo, que abrange um conjunto de fases onde são identificadas as vantagens competitivas e que se fundamenta na legislação básica, estatuto e demais normativos complementares, buscando estabelecer as linhas gerais de atuação a serem seguidas pela alta administração e empregados.

Nesse contexto, a Diretoria Colegiada estabeleceu as seguintes Diretrizes Estratégicas, que estão alinhadas ao estabelecido na lei de criação da FHE e em seu estatuto:

- Ampliar e/ou diversificar as fontes de recursos financeiros.
- Ampliar a base de clientes.
- Fortalecer a relação com os clientes e os parceiros institucionais.
- Buscar permanentemente a gestão por resultados.
- Obter e manter vantagens competitivas.
- Valorizar e capacitar o capital humano.

Quanto à vinculação ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, ela não se aplica à FHE, em razão de não serem destinados recursos da União para a Fundação, conforme mencionado na introdução do item 2.

2.1.3 Principais Objetivos Estratégicos da UJ para o Exercício de 2013 e as Estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos Riscos Envolvidos

2.1.3.1 Objetivos Estratégicos

A finalidade do planejamento estratégico é orientar a instituição para atender às necessidades dos clientes, fechar novos negócios, expandir a carteira dos produtos e serviços e aperfeiçoar os instrumentos na Gestão por Resultados. Para isso, a Diretoria Colegiada estabeleceu para o ciclo do planejamento estratégico os seguintes objetivos estratégicos:

- Aumentar a participação em projetos de cunho social.
- Garantir a continuidade dos negócios.
- Aumentar a capacidade produtiva e reduzir custos e despesas.
- Fortalecer a relação com os clientes.
- Garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida.
- Ser a parceira preferencial das Forças Armadas.
- Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros institucionais e as alianças estratégicas com órgãos diversos.
- Aprimorar a gestão por resultados.
- Atender às demandas das Forças Armadas e do mercado.
- Inovar e flexibilizar o portfólio de produtos e serviços.
- Manter atualizadas práticas de gestão do Capital Humano.
- Integrar as ferramentas da Gestão do Conhecimento.
- Fortalecer o Capital Organizacional.

2.1.3.2 Estratégias adotadas pela UJ para atingir os principais Objetivos Estratégicos

Objetivo: Aumentar a participação em projetos de cunho social.

Estratégia:

- Atender às demandas sociais, esportivas, culturais e de publicidade e propaganda das Organizações Militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral.

Resultados alcançados:

Em 2013, a FHE continuou a apoiar e a conceder patrocínios sociais, esportivos e de cunho educativo a Organizações Militares das Forças Armadas, Entidades Filantrópicas e Culturais, atletas civis e militares, totalizando 953 projetos/atividades e R\$ 13.513 mil.

Objetivo: Garantir a continuidade dos negócios.

Estratégias:

- Incrementar a captação de recursos e a rentabilidade da Instituição.
- Realizar a análise de macro e microambientes.

Resultados alcançados:

Considerando as fontes de recursos, a Fundação monitora seu fluxo de caixa, identificando as necessidades e buscando alternativas de fontes de recursos para suprir as demandas da Instituição e a continuidade do negócio.

Mensalmente, o desempenho institucional é apresentado à Diretoria Colegiada, oportunidade em que são demonstrados os principais fatores que influenciaram o resultado dos produtos e serviços.

Objetivo: Ser a parceira preferencial das Forças Armadas.

Estratégia:

- Oferecer seguros de vida e/ou acidentes pessoais, gratuitamente, aos assistidos por programas sociais das Forças Armadas.
- Atender às Demandas do Comando do Exército relativas às operações de Remanejamento Patrimonial

Resultados alcançados:

Os jovens em prestação de Serviço Militar obrigatório e os alunos de Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR e NPOR), contam com um seguro de vida em grupo, oferecido gratuitamente pela FHE; já os Alunos de Colégios Militares e menores assistidos por programas sociais das Forças Armadas contam com seguros de acidentes pessoais, também custeados pela FHE. Em junho de 2012, a FHE firmou parceria com o Ministério da Defesa e o Ministério dos Esportes e passou a oferecer seguro de acidentes pessoais às crianças e jovens assistidos pelo Programa Forças no Esporte. Para essas modalidades de seguros estavam previstos R\$ 558 mil e foram realizados R\$ 590 mil, representando aumento de 5,74% do valor orçado em 2013. Em relação ao realizado em 2012 (R\$ 554 mil), o aumento foi de 6,5%.

Quanto às Operações Imobiliárias em andamento:

a) Remanejamento Patrimonial MORRO DO FAROL: obras de contrapartida concluídas, entregues e em uso. Terreno da União já transferido para a FHE. Existência de crédito do EB para com a FHE, sem movimentação no exercício.

b) Remanejamento Patrimonial ÁREA 3 REALENGO: obras de contrapartida concluídas, entregues e em uso. Terreno da União ainda não transferido para a FHE.

c) Remanejamento Patrimonial BARUERI IV: obras de contrapartida concluídas, entregues e em uso, exceto edifício ainda em construção em Porto Alegre/RS. Terreno da União já transferido para a FHE mediante estabelecimento de garantias real e financeira.

Objetivo: Fortalecer a relação com os clientes.

Estratégias:

- Divulgar os produtos e serviços.
- Proporcionar canais de relacionamento que garantam maior satisfação e proximidade com o cliente.

Resultados alcançados:

Ao longo de 2013, além de palestras proferidas em Organizações Militares, a Fundação Habitacional do Exército promoveu a instalação de Pontos Móveis em diversas Unidades das Forças Armadas, onde os clientes puderam não só obter informações sobre os produtos e serviços oferecidos, como também contratá-los, facilitando o acesso aos benefícios sociais disponibilizados pela instituição ao público preferencial. Mensalmente, a FHE continuou a enviar o Informativo Conquista aos militares, de forma a mantê-los atualizados sobre as ações da Fundação em prol de seus associados.

A Fundação Habitacional do Exército intensificou a veiculação de notícias institucionais em sua página na internet, utilizando essa mídia como mais um instrumento de relacionamento com o cliente.

Com base nos resultados das pesquisas realizadas pela Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas e Assistência Social do Exército (DCIPAS) e pela própria FHE, a Fundação está promovendo a construção de empreendimentos em vários locais do país, utilizando diversos meios de comunicação (página na intranet, informativo externo e veículos de comunicação das Forças Armadas) para divulgá-los, permitindo assim, aos militares, a conquista da casa própria em melhores condições.

Objetivo: Garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida.

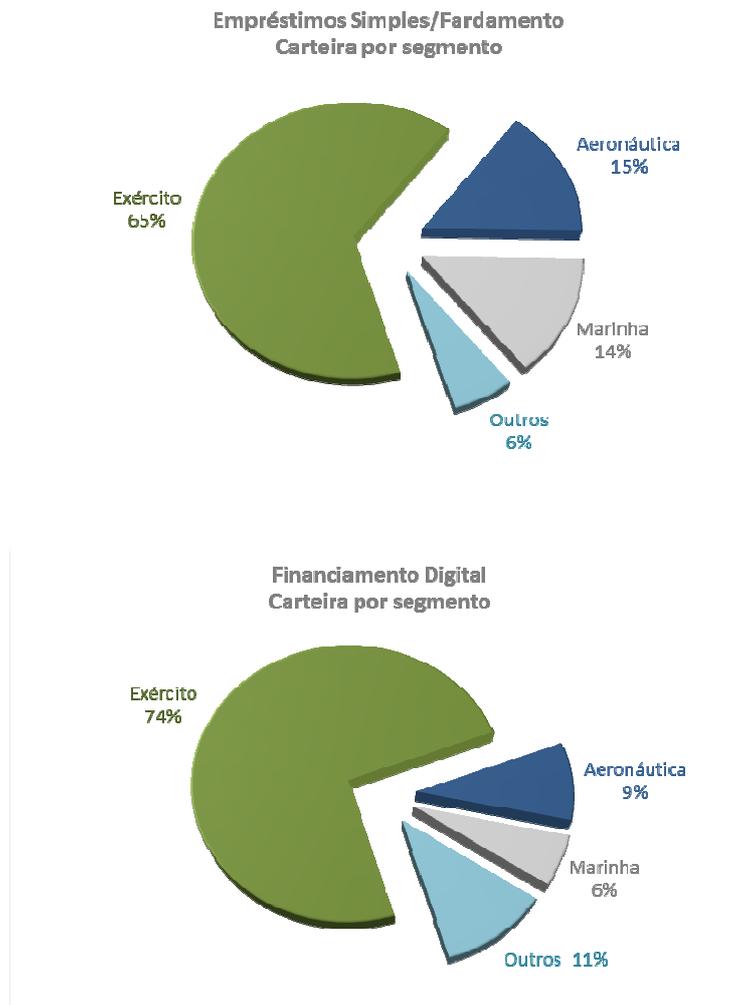
Estratégias:

- Conceder crédito pessoal ao público-alvo em condições diferenciadas.
- Oferecer aos participantes do FAM, modalidades diversas de financiamento.
- Oferecer modalidades diversas de consórcios.

- Oferecer opções de seguros diversos buscando propiciar condições diferenciadas ao público preferencial.

Resultados alcançados:

Com relação ao crédito pessoal, continuou com sua política de oferecer empréstimos com as melhores condições de taxas de juros e prazo, priorizando o atendimento aos integrantes das Forças Armadas. As carteiras de Empréstimo Simples, Empréstimo Fardamento e Financiamento Digital FHE encerraram o ano com 124.613 empréstimos vigentes, apresentando saldo de R\$ 1.726.000 mil, com acréscimo de 1,72% no volume de recursos em relação a 2012 (R\$ 1.696.000 mil). O produto Empréstimo Fardamento apresentou uma redução no número de contratos vigentes (-20,89%) e o volume de recursos (-42,12%) foi menor em relação a 2012. O produto Financiamento Digital FHE concedeu, em 2013, 74,85% do total do realizado em 2012.



Quanto aos Empreendimentos:

a) Empreendimento PENÍNSULA, LAZER & URBANISMO: mantida a atividade de venda; iniciada a atividade de entrega das unidades comercializadas da 1ª e 2ª etapas; e celebrados os contratos de financiamento para os mutuários que assim desejaram.

b) Empreendimento VIA AZALEAS: mantida a atividade de venda; mantida a atividade de entrega das unidades comercializadas; e celebrados os contratos de financiamento para os mutuários que assim desejaram.

c) Empreendimento CAP FERRAT: iniciada a atividade de venda das unidades.

Quanto ao Financiamento Imobiliário, em 2013, a Fundação Habitacional do Exército buscou facilitar a concessão de crédito, a fim de atender o maior número possível de proponentes. Com isso, aumentou os valores máximos de imóveis admitidos em cada Programa.

No Programa Especial de Moradia - PEM, o valor máximo do imóvel passou de R\$ 100.000,00 para R\$ 125.000,00, com exceção dos imóveis localizados nas Capitais dos Estados, nas suas respectivas regiões metropolitanas e nas cidades com mais de 200 mil habitantes, consoante definição do IBGE, que podem chegar até R\$ 150.000,00.

No Programa Meu 1º Imóvel, o valor máximo admitido, que antes era de R\$ 400.000,00, passou para R\$ 500.000,00. Já no Programa Casa Própria - PROCAP, passou-se a admitir imóveis de até R\$ 850.000,00, sendo que até 2012 somente imóveis de até R\$ 700.000,00 se enquadravam nesse Programa.

A flexibilização da forma de pagamento das prestações, antes permitida somente mediante consignação em folha, no Programa Meu 1º Imóvel e no PROCAP foi outra facilidade concedida pela FHE. Desde janeiro de 2013, é possível pagar as prestações mediante débito em conta corrente ou boleto bancário, para casos excepcionais, com ou sem majoração da taxa de juros, a critério da Diretoria de Crédito Imobiliário - DICIM.

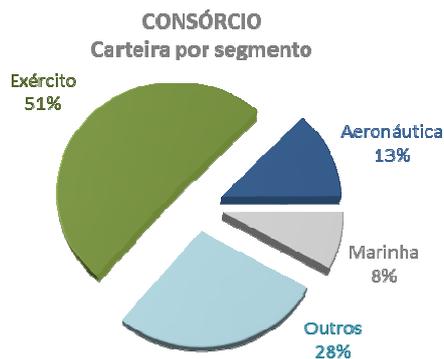
Incrementando todas essas melhorias, o público-alvo do PROCAP foi estendido para os militares e pensionistas da Marinha e da Aeronáutica e empregados da POUPEX, participantes do FAM. Além disso, desde janeiro foi admitida a incorporação de despesas cartorárias e de ITBI ao valor do financiamento, quando este for concedido pelo PROCAP, assim como já era para os financiamentos concedidos pelo PEM e pelo Programa Meu 1º Imóvel, bem como da redução das taxas de juros, no PROCAP, que antes variavam de 7,50 a 9,98% a.a. e passaram a variar de 7,25 a 9,73% a.a.

A FHE atingiu um montante de R\$ 197.816 mil de recursos contratados, dos quais R\$ 95.148 mil na linha de Financiamento para Aquisição de Material de Construção e R\$ 102.668 mil nas linhas de Aquisição e Construção de Imóveis Residenciais nos Programas PROCAP, PEM e Meu 1º Imóvel.

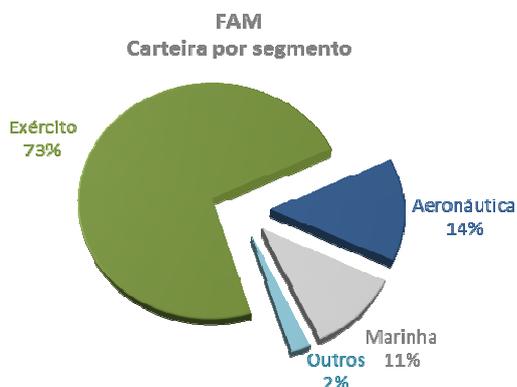
No ano de 2013, a Gerência de Consórcio – GECON continuou a implementação de melhorias nos processos de gestão, bem como no Sistema Newcon (software de administração do produto consórcio), proporcionando mais facilidades de acesso às informações tanto para o público interno como para os consorciados.

Quanto a atuação junto aos pontos de atendimento, proporcionamos uma maior disseminação de conhecimento e facilidades a partir de estratégias de treinamento e demais canais de comunicação utilizados pela Instituição.

Neste período foram negociadas 2.193 novas cotas, entre as modalidades de bens imóveis, bens móveis e serviços, com crescimento de 14,12% na carteira. A modalidade Imóvel foi responsável por 52,71% dessas negociações.



O produto FAM, seguro coletivo de pessoas, com vasto leque de cobertura, apresentou em dezembro 2013, o número de 220.051 participantes, representando redução de 6,04% na quantidade em relação a 2012 (234.197).



Por meio do Seguro Decessos, a FHE oferece à família militar a realização do funeral do segurado, de seu cônjuge, filhos dependentes menores de 21 anos e filhos maiores incapazes, como agregados, seus filhos maiores de 21 anos, seus pais e seus sogros. Em dezembro de 2013, este seguro contava com 217.238 segurados, representando aumento de 0,78% em relação ao ano de 2012 (215.543).



O seguro de automóvel fechou o ano de 2013 com 13.804 apólices, contra as 14.049 em 2012, resultando no decréscimo de 1,74%. A fim de proporcionar garantias para bens imóveis e tranquilidade aos proprietários, a FHE oferece o Seguro Residência e Condomínio. Apartamentos,

casas e imóveis comerciais podem ser contemplados pelo produto. Além da cobertura básica de seguro residencial – que inclui incêndio, explosão e queda de raios –, o produto tem proteção extra, se contratada a cobertura, contra dano elétrico, roubo ou furto de bens, quebra de vidros, desmoração, e perda ou pagamento de aluguel, que garante o custeio dessa despesa em caso de necessidade de desocupação imediata do imóvel por motivo de sinistro coberto pela apólice.

Objetivo: Atender às demandas das Forças Armadas e do mercado.

Estratégia:

- Viabilizar a produção de empreendimentos habitacionais.

Resultados alcançados:

Conforme pesquisa de demanda de mercado, foram adquiridos terrenos para futuros empreendimentos em Brasília/DF, Samambaia/DF, Campo Grande/MS, Fortaleza/CE e Juiz de Fora/MG.

Foram comercializados 17 (dezesete) terrenos em loteamento localizado em Cachoeira do Sul/RS.

Objetivo: Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros institucionais e as alianças estratégicas com órgãos diversos.

Estratégias:

- Promover e ampliar ações para geração de negócios estratégicos junto aos parceiros institucionais.
- Realizar a análise de mercado.

Resultados alcançados:

Com uma estratégia conservadora na prospecção de convênios em 2013, a FHE não formalizou novas parcerias, apenas repactuou convênios em final de vigência. No exercício, foram concedidos aproximadamente R\$ 6,7 milhões em Empréstimos Simples para esse público e, ainda, mais de 650 beneficiários de convênios investiram em cotas do Consórcio Nacional POUPEX.

Não foram identificadas ameaças que comprometessem o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas.

Objetivo: Aprimorar a gestão por resultados.

Estratégias:

- Administrar o retorno dos créditos.
- Utilizar meios que propiciem, de forma continuada, a gestão integrada dos procedimentos organizacionais e a otimização de recursos.

Resultados alcançados:

Para o acompanhamento do retorno de todas as operações dos créditos de financiamentos imobiliários foi utilizado o critério de estatística comparativa, utilizando como parâmetros a posição em Dez/2011, Dez/2012 e Dez/2013. Dessa forma, os atrasos superiores a três prestações

representavam em Dez/2011 o percentual de 12,19%, 7,39% em Dez/2012 e 4,26% em Dez/2013, evidenciando redução de 4,8 pontos percentuais no interstício de 2011 a 2012 e de 2012 para 2013 ocorreu um decréscimo de 3,13 pontos percentuais. Ressalta-se que na modalidade de Material para Construção no confronto do ano de 2011 com 2012, houve decréscimo da ordem de 15,55 pontos percentuais e de 2012 com 2013 a redução foi de 6,69 pontos percentuais, bem como na modalidade de Financiamento Imobiliário, cuja inadimplência variou de 4,23% em 2011 para 3,27% em 2012 e comparando o exercício de 2012 com 2013 baixou de 3,27% para 2,26%.

Quanto à manutenção e conservação da Sede, em 2013, a FHE desenvolveu o projeto para impermeabilização do piso das áreas comuns, visando à economia de água e de despesas com o serviço de limpeza e conservação predial.

2.2 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

A Fundação Habitacional do Exército apresenta neste item alguns indicadores de desempenho, relacionados aos objetivos estratégicos e que medem os principais produtos e serviços a eles vinculados.

Objetivo: Aumentar a participação em projetos de cunho social.

PATROCÍNIOS E APOIOS

Nome do Indicador: Recursos investidos em patrocínios e apoios

Fórmula de cálculo: Patrocínios e apoios = [(Recursos investidos em patrocínios e apoios concedidos / recursos orçados para patrocínios e apoios) X 100%

Resultado em 2011: 104%

Resultado em 2012: 95%

Resultado em 2013: 95,5%

Objetivo: Fortalecer a Relação com os Clientes

COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EM GERAL

Nome do Indicador: Edições do Informativo Conquista

Fórmula de cálculo: Edições = Edições realizadas / Edições previstas X 100%

Resultado em 2011: 100%

Resultado em 2012: 100%

Resultado em 2013: 11 edições realizadas / 12 edições previstas = 91,6%

PONTOS DE ATENDIMENTO

Nome do Indicador: Desenvolvimento de Projetos para implantação, reformas e/ou ampliação de Pontos de Atendimento.

Descrição: Percentual de desenvolvimento de Projetos de Pontos de Atendimento, no exercício de 2013, em relação às etapas de Projeto previstas.

Desenvolvimento de Projetos de Pontos de Atendimento da FHE em 2013						
Pontos de Atendimento	Estudo Preliminar (%)	Anteprojeto (%)	Projeto Legal (%)	Projeto Executivo (%)	Complementares (%)	Índice de Desenvolvimento (%)
ESCPR	100	100	100	100	100	100
ESCTA	100	100	100	100	100	100
ESCGA	100	100	100	100	100	100
PSTPG	100	100	100	100	100	100
PSTNI	100	100	100	100	100	100
PSTHN	100	100	100	100	100	100
ESCPE	100	100	100	100	100	100
ESCVM	100	100	100	100	100	100

Legenda: ESCPR – Escritório Regional em Curitiba/PR; ESCTA – Escritório Regional em Taubaté/SP; ESCGA – Escritório Regional no Galeão – Rio de Janeiro/RJ; PSTPG – Posto de Atendimento em Ponta Grossa/PR; PSTNI – Posto de Atendimento em Niterói/RJ; PSTHN – Posto de Atendimento em Ponta D´Areia - Niterói/RJ; ESCPE – Escritório Regional em Recife – Pernambuco/PE; ESCVM – Escritório Regional na Vila Militar – Rio de Janeiro/RJ.

Fonte: Gerência de Engenharia – GEREN

Nome do Indicador: Execução de obras de construção e reformas de Pontos de Atendimento.

Descrição: Percentual de execução de obras de construção e reformas em Pontos de Atendimento, no exercício de 2013.

Percentual de Execução de Obras de Pontos de Atendimento da FHE em 2013	
Pontos de Atendimento	Percentual de Execução de Obras (%)
ESCPR	95
ESCTA	18
ESCGA	0
PSTPG	0
PSTNI	100
PSTHN	100
ESCPE	95
ESCVM	100

Legenda: ESCPR – Escritório Regional em Curitiba/PR; ESCTA – Escritório Regional em Taubaté/SP; ESCGA – Escritório Regional no Galeão – Rio de Janeiro/RJ; PSTPG – Posto de Atendimento em Ponta Grossa/PR; PSTNI – Posto de Atendimento em Niterói/RJ; PSTHN – Posto de Atendimento em Ponta D´Areia - Niterói/RJ; ESCPE – Escritório Regional em Recife – Pernambuco/PE; ESCVM – Escritório Regional na Vila Militar – Rio de Janeiro/RJ.

Fonte: Gerência de Engenharia – GEREN

Objetivo: Garantir soluções em produtos e serviços competitivos que promovam qualidade de vida.

EMPRÉSTIMO SIMPLES

Nome do Indicador: Retorno do Capital emprestado

Fórmula de cálculo: (Amortizações / Saldo da Carteira) x 100%

Resultado em 2011: 62,97%

Resultado em 2012: 65,26%

Resultado em 2013: 59,31%

EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DA FHE

Nome do Indicador: Indicador de Comercialização de Empreendimentos Habitacionais da FHE:

Descrição: Índice percentual de vendas das unidades habitacionais da FHE durante o exercício, a partir do total de unidades disponibilizadas para comercialização no período. O índice corresponde a uma cesta composta pelos empreendimentos que se encontram à venda por pelo menos 03 (três meses).

Unidade: % de unidades vendidas em relação às disponíveis.

Frequência: anual.

Empreendimento	Peso	Unidades disponíveis no período	Unidades disponíveis (valor retificado)	Unidades vendidas no período	Índice direto (%)	Unidades vendidas (valor retificado)
Península, Lazer & Urbanismo	3	85	255	18	21,17647	54
Via Azaleas	5	117	585	81	69,23077	405
Cap Ferrat	1	21	21	4	19,04762	4
Soma		223	861	103		463
Índice de Comercialização (%)		Parâmetros	- 30% - baixo desempenho. - 70% - acima da expectativa			53,77468
Observações: Peso 5: refere-se a empreendimento de maior significado para o público preferencial; Peso 3: refere-se a empreendimento de médio significado para o público preferencial; Peso 1: refere-se a empreendimento de menor significado para o público preferencial;						

Fonte: Gerência de Patrimônio - GPATR

FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL NA FHE

Nome do Indicador: Percentual de Processos Recebidos

Fórmula do indicador: (Total de Processos Efetivados/Total de Contratos Recebidos) X 100%

Percentual Contratado em 2012: 98,60%.

Percentual Contratado em 2013: 94,94%.

CONSÓRCIO

Nome do Indicador: Crescimento da Carteira

Fórmula de cálculo: (Novas Vendas / Total da Carteira) X 100%

Resultado em 2011: 12,90%

Resultado em 2012: 12,75%

Resultado em 2013: 14,12%

FAM

Nome do Indicador: Permanência de Clientes

Fórmula de cálculo: ((Qtd. de Clientes Ano Atual / Qtd. de Clientes Ano Anterior) - 1) X 100%

Resultado em 2011: 2,49%

Resultado em 2012: -0,34%

Resultado em 2013: -6,04%

SEGURO AUTO

Nome do Indicador: Fidelização de Clientes

Fórmula de cálculo: (Qtd. de Renovações / Total da Carteira) X 100%

Resultado em 2011: 83%

Resultado em 2012: 77%

Resultado em 2013: 82%

Nome do Indicador: Captação de Clientes

Fórmula de cálculo: (Qtd. de Clientes Novos / Total da Carteira) X 100

Resultado em 2011: 30%

Resultado em 2012: 28%

Resultado em 2013: 25%

Nome do Indicador: Carteira de Clientes

Fórmula de cálculo: (Carteira atual / Carteira anterior) X 100%

Resultado em 2011: 105%

Resultado em 2012: 104%

Resultado em 2013: 98%

SEGURO DECESSOS

Nome do Indicador: Carteira de Clientes

Fórmula de cálculo: (Carteira atual / Carteira anterior) X 100%

Resultado em 2011: 102%

Resultado em 2012: 100,5%

Resultado em 2013: 101%

Objetivo: Atender às demandas das Forças Armadas e do mercado.

PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS

Nome do Indicador: Desenvolvimento de Projetos de Empreendimentos Residenciais da FHE no ano de 2013.

Descrição: Percentual de desenvolvimento de Projetos de empreendimentos residenciais da FHE, no exercício de 2013, em relação às etapas de Projeto previstas.

Desenvolvimento de Projetos de Empreendimentos da FHE em 2013						
Empreendimentos	Estudo Preliminar (%)	Anteprojeto (%)	Projeto Legal (%)	Projeto Executivo (%)	Complementares (%)	Índice de Desenvolvimento (%)
Residencial Portal de Petrópolis	100	100	100	70	70	88
Residencial Araucárias	100	100	80	70	70	84
Residencial Bosque da Freguesia	100	80	70	10	10	54

Fonte: Gerência de Engenharia - GEREN

Nome do Indicador: Execução de Obras de Empreendimentos da FHE no ano de 2013

Descrição: Percentual de execução de empreendimentos, no exercício de 2013.

Percentual de Execução de Obras de Empreendimentos da FHE em 2013	
Empreendimentos	Percentual de Execução de Obras (%)
Península, Lazer e Urbanismo (2ª Etapa)	100
Via Azaleas	74
Via Cap Ferrat	10
Residencial Grand Ville	39

Fonte: Gerência de Engenharia – GEREN

Objetivo: Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros institucionais e as alianças estratégicas com órgãos diversos.

Nome do Indicador: Desenvolvimento de Projetos de Edifício Comercial da FHE no ano de 2013

Descrição: Percentual de desenvolvimento de Projetos de Edifício Comercial da FHE, no exercício de 2013, em relação às etapas de Projeto.

Desenvolvimento de Projetos de Edifício Comercial da FHE em 2013						
Edifício Comercial	Estudo Preliminar (%)	Anteprojeto (%)	Projeto Legal (%)	Projeto Executivo (%)	Complementares (%)	Índice de Desenvolvimento (%)
Setor Bancário Norte	100	90	90	70	70	84

Fonte: Gerência de Engenharia – GEREN

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

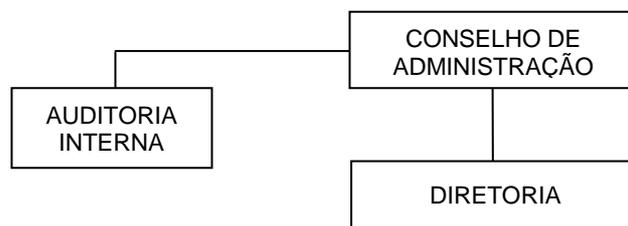
Não se aplicam à FHE os seguintes subitens da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013:

3.4 - SISTEMA DE CORREIÇÃO: a FHE não possui atividades do sistema de correção; e

3.5 - CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007: conforme o Art.32 do Estatuto da FHE, mencionado no item 1 deste relatório, “A FHE utilizar-se-á da estrutura funcional, física e lógica disponibilizada pela APE/POUPEX para condução de suas atividades[...]”. Assim, a FHE não integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Governança da Fundação Habitacional do Exército – FHE está estruturada da seguinte forma:



Conselho de Administração – O Art. 5º do Estatuto da FHE, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 741, de 28/11/2011, fixa a seguinte composição:

“Art.5º O CA é um órgão colegiado assim composto:

I - o Secretário de Economia e Finanças do Exército;

II - o Presidente da FHE;

III - o Vice-Presidente da FHE;

VI - um representante do Banco do Brasil S/A; e

V - quatro membros indicados pelo Comandante do Exército, sendo: um oficial-general do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), um oficial-general da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro e dois civis, estes últimos sugeridos, pela Diretoria da FHE, ao Comandante do Exército.”

Diretoria – A composição da Diretoria da FHE é definida pelo Art. 8º de seu Estatuto, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército.

Auditoria Interna – A FHE dispõe de uma Unidade de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Valores				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Valores				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
<p>1) A Fundação Habitacional do Exército – FHE dispõe de um Sistema de Gestão de Documentos – DocNix, que agrega normativos gerais de funcionamento nos níveis estratégico, tático e operacional, estando disponível para consulta por todos que interagem com as atividades e processos da Instituição.</p> <p>2) A FHE dispõe de um Código de Ética e de um Comitê de Ética para cuidar das questões que se apresentem e sejam merecedoras de tratamento sob esse enfoque. O funcionamento e a constituição de tal dispositivo encontra-se previsto no Sistema DocNix da Instituição. O Código e o Comitê de Ética têm recebido ajustes constantes, tendo sido os últimos em 2012, ampliando ainda mais a capacidade de verificação de ocorrências.</p> <p>3) Há estabelecido um Sistema de Controles Internos – SCI, com atuação de um núcleo formado por quatro áreas específicas, que têm como objetivo disponibilizar assessoramento operacional tempestivo aos gestores, no sentido de buscar o aprimoramento dos processos de trabalho.</p> <p>4) Quatro áreas formam o núcleo do SCI, conforme detalhamento a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Auditoria Interna – AUDIT: tem a atribuição de verificar os procedimentos adotados pelas áreas operacionais, em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, como também avaliar a ação do próprio SCI. - Ouvidoria – OUVID: possibilita oportunidades de se identificar processos e áreas merecedoras de ajustes sob o enfoque de Risco Operacional, por ser a origem dos registros diversos do ambiente externo. - Consultoria Técnica e de Planejamento – COTEP: contribui para o funcionamento do SCI na medida em que realiza mapeamento de processos, possibilitando, assim, a identificação de ocorrências de riscos de cunho operacional. É a responsável pela parametrização do Sistema DocNix. - Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI: é a responsável pela coordenação do SCI e pelas ações de assessoramento no que tange ao gerenciamento de riscos, políticas e diretrizes de controles internos. <p>5) O SCI possui procedimentos específicos, inclusive pela realização de reuniões bimestrais para tratar assuntos diversos, principalmente aqueles identificados a partir da leitura dos relatórios disponibilizados pela AUDIT,</p>					

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Valores
<p>OUID e COTEP, além de verificações próprias realizadas pela CORCI.</p> <p>6) As reuniões abordam também assuntos eventualmente levantados por órgãos de fiscalização e controle, no sentido de dar tratamento e buscar aperfeiçoamento das práticas de trabalho e de gestão.</p> <p>7) Além disso, tais eventos representam, paralelamente, um Comitê de Risco Operacional, uma vez que são avaliadas eventuais necessidades de adoção de procedimentos de controles internos para fazer frente aos apontamentos.</p> <p>8) Os gestores têm participação ativa nessas ocasiões por esclarecer pontos e disponibilizar informações, além de participar da construção de alternativas para aperfeiçoar os processos operacionais de que são responsáveis.</p> <p>9) O resultado desse aparato estabelecido é disponibilizado regularmente à Governança da Instituição, que recebe relatórios das áreas que formam o núcleo do SCI, permitindo aos dirigentes a adoção de medidas tempestivas e prudentiais que se façam porventura necessárias para encerrar uma ocorrência e impedir reincidências futuras.</p> <p>10) A dinâmica assumida pela Governança tem permitido à estrutura do SCI conduzir as atividades livre de interferências ou impedimentos, o que representa patrocínio para que se estabeleça o aperfeiçoamento da gestão.</p> <p>11) A Diretriz do Presidente tem estabelecido ponto específico, na qual cita a observância aos controles internos e gerenciamento de riscos, tendo sido renovado para o exercício de 2014.</p> <p>12) Em relação ao ano de 2012, o quadro acima apresenta posicionamentos diferentes para os itens abaixo relacionados, cujas justificativas serão apresentadas na sequência:</p> <p>Item 2. Posição Anterior – 4 Posição Atual - 5</p> <p>Justificativa – Neste exercício em especial foram realizadas palestras no Teatro localizado na sede da Instituição, em que a CORCI disponibilizou a todo corpo funcional informações gerais acerca da importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos, alertando para o desenvolvimento de todos em suas rotinas de trabalho. Esse procedimento, aliado aos normativos formalmente instituídos e à Diretriz Geral da Presidência, além da postura da Governança, fez evoluir o nível de aprimoramento da FHE.</p> <p>Item 9. Posição Anterior – 4 Posição Atual - 5</p> <p>Justificativa – A FHE passou por um mapeamento de processos ao longo dos últimos dois anos. Além disso, a estrutura de segregação de funções, prevenção ao conflito de interesses e à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, além das Alçadas e Competências, aliada ao procedimento formal do processo de compras, fazem igualmente elevar o nível de aperfeiçoamento das práticas de trabalho.</p> <p>Item 11. Posição Anterior – 4 Posição Atual - 5</p> <p>Justificativa – A Consultoria Técnica e de Planejamento – COTEP realiza trabalho abrangente não apenas no que diz respeito ao mapeamento de processos, mas também quanto ao orçamento e às metas dos produtos oferecidos pela FHE, além de avaliar e apresentar mensalmente à Diretoria o desempenho alcançado no período. Tem também a atribuição de levantar ameaças e oportunidades às operações da Fundação, o que se constitui, pelo conjunto, como metodologia salutar para identificar processos críticos e que mereçam ajustes de aperfeiçoamento. Essa forma integrada da COTEP, somada ao gerenciamento de riscos realizado pela CORCI e as averiguações conduzidas pela AUDIT dão à FHE ainda melhor sustentação e segurança operacionais, fazendo elevar, por consequência, o nível ora avaliado.</p>	
<p>Considerações gerais:</p> <p>A FHE utiliza-se das práticas e roteiro oferecido pelo COSO - Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, inclusive para o que se refere à parametrização dos sistemas utilizados para a automatização dos dados e respectiva contabilização.</p> <p>A avaliação dos termos relacionados ao ambiente de controles da Instituição foi realizada pelo Cel. Aldemir Mendes da Silva, Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, e Pedro de Moura Neto, Assessor de Conformidade desta Gerência.</p>	
<p>Legenda:</p> <p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p>	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Valores
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .	
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.	

Fonte: Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

3.3 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da Fundação Habitacional do Exército – FHE é formado por um conjunto de ações, procedimentos e normas, conduzidos por um núcleo central constituído pela Auditoria Interna – AUDIT, Consultoria Técnica e de Planejamento – COTEP, Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI e Ouvidoria – OUVID, sob a coordenação da CORCI, com a participação de todos os gestores quando necessário, no sentido de promover o aperfeiçoamento dos processos da Instituição.

A atuação do Sistema de Controles Internos prevê monitoramento de eventos assinalados a partir de relatórios das Auditorias Interna e Externa, além da Ouvidoria e outras fontes internas da Instituição. Nelas são identificadas situações que envolvam riscos, principalmente de cunho operacional, cujo tratamento é viabilizado por meio de reuniões bimestrais, quando os gestores têm a oportunidade de apresentar considerações e esclarecimentos necessários.

Os resultados de tal atuação são registrados em Atas bimestrais e consolidados em relatórios semestrais, disponibilizados diretamente ao Vice-Presidente, que tem a oportunidade de acompanhar a evolução das ocorrências e o atendimento aos procedimentos de controles internos recomendados.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este item não se aplica à FHE, conforme justificado na Introdução deste relatório e não há nenhum fato ou instrumento jurídico na área de operações imobiliárias da FHE cujo objeto se caracterize como Transferência de Recursos.

Esclarece-se que, por equívoco com relação ao adequado enquadramento de operações imobiliárias na estrutura dos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores, foram lançados neste item *Transferências de Recursos* quadros demonstrativos de termos de ajuste que regularam operações imobiliárias de permuta, denominadas *Remanejamentos Patrimoniais*, com o Comando do Exército. Tais demonstrativos, embora sejam objeto dos Relatórios anuais, devem ser registrados em outro item, por se constituírem operações patrimoniais imobiliárias sem quaisquer atos de repasse de recursos entre as partes.

Permutas imobiliárias se caracterizam pela troca de bens imobiliários entre os partícipes, ocorrendo alienações e baixas contábeis de bens vinculadas a aquisições e entradas de mesmo valor. Assim como aquisições de bens imóveis ou alienações, as permutas se caracterizam como operações de investimento.

Assim, os dados respectivos ao tema foram lançados no item 12 Parte A, Item 12, do ANEXO II da DN TCU N.º 127, de 15/5/2013 – *12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.*

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A composição da Diretoria da FHE é definida pelo Art. 8º de seu Estatuto, composta por: Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército. A FHE possui em seu quadro de pessoal apenas um servidor público federal da ativa cedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Assim, o quadro funcional da Fundação Habitacional do Exército, em 31/12/2013, estava composto por sete empregados.

Para consecução de suas atividades, a Fundação Habitacional do Exército (FHE) se utiliza da estrutura de sua gerida, a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – com suporte no § 2º, do Art. 1º, da Lei N° 6.855/1980, e Art. 2º de seu Estatuto.

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Conforme mencionado no item 5, não se aplica no âmbito da FHE os seguintes subtópicos da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013:

- 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas;
- 5.1.5 - Cadastramento no Sisac;
- 5.1.6 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;
- 5.1.7 - Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;
- 5.1.8 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.1 Membros de poder e agentes políticos	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	01	01	“0” (zero)	“0” (zero)
2. Servidores com Contratos Temporários	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	07	07	“0” (zero)	“0” (zero)
4. Total de Servidores (1+2+3)	08	08	“0” (zero)	“0” (zero)

Fonte: Gerência de Pessoal - GEPES

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2013

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	“0” (zero)
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	“0” (zero)
1.2. Exercício de Função de Confiança	“0” (zero)
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	“0” (zero)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	“0” (zero)
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	“0” (zero)
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	“0” (zero)
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	“0” (zero)
2.4. Para Participação em Programa de Pós -Graduação Stricto Sensu no País	“0” (zero)
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	“0” (zero)
3.1. De ofício, no interesse da Administração	“0” (zero)
3.2. A pedido, a critério da Administração	“0” (zero)
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	“0” (zero)
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	“0” (zero)
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	“0” (zero)
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	“0” (zero)
4.1. Doença em pessoa da família	“0” (zero)
4.2. Capacitação	“0” (zero)
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	“0” (zero)
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	“0” (zero)
5.2. Serviço militar	“0” (zero)
5.3. Atividade política	“0” (zero)
5.4. Interesses particulares	“0” (zero)
5.5. Mandato classista	“0” (zero)
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	“0” (zero)
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	“0” (zero)

Fonte: Gerência de Pessoal - GEPES

5.1.2 Qualificação da Força do trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

Conforme tabela a seguir.

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-----	-----	-----	-----
1.1. Cargos Natureza Especial	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	07	07	“não há”	“não há”
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.4. Sem vínculo	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.5. Aposentado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2. Funções gratificadas	-----	-----	-----	-----
2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	07	07	“não há”	“não há”

Fonte: Gerência de Pessoal - GEPES

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					07
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)					07

Fonte: Gerência de Pessoal - GEPES

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provedimento de cargo efetivo										
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira										
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
2. Provedimento de cargo em comissão										
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior							02		05	
2.3. Funções gratificadas										
3. Totais (1+2)							02		05	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; **2** - Alfabetizado sem cursos regulares; **3** - Primeiro grau incompleto; **4** - Primeiro grau; **5** - Segundo grau, ensino médio ou técnico; **6** - Superior; **7** - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; **8** - Mestrado; **9** - Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); **10** - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Pessoal – GEPES

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Conforme tabela a seguir, serão demonstrados os Custos de Pessoal da FHE.

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	69.900,00	0	7.220,07	2.171,01	10.349,60	0	10.797,69	0	0	100.438,37
	2012	64.908,00	0	6.505,31	2.017,08	9.554,08	0	8.520,45	0	0	91.504,92
	2011	59.820,00	0	0	2.017,08	8.780,00	0	9.020,68	0	0	79.637,76
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	2.083.302,41	390.801,60	223.497,08	69.754,08	98.527,20	0	216.533,65	0	0	3.082.416,02
	2012	1.909.845,61	360.708,50	189.515,80	55.596,93	85.490,20	0	159.593,09	0	0	2.760.750,13
	2011	1.690.697,48	316.977,73	182.510,77	42.015,02	84.227,36	0	105.649,82	0	0	2.422.078,18
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: Gerência de Pessoal - GEPES

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Conforme mencionado no item 5, não se aplicam no âmbito da FHE os seguintes subtópicos da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013:

- 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão;
- 5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados; e
- 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Conforme tabela a seguir, serão demonstrados os Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Quadro A.5.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Habitacional do Exército – FHE													
UG/Gestão: -						CNPJ: 00.643.742/0001-35							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	AIRONSERV ⁽¹⁾	07.809.721/0001-96	17/09/2012	17/09/2014	1	1					P
2009	L	O	ALFA & OMEGA ⁽²⁾	04.886.887/0001-18	1º/07/2009	29/06/2014	1	1					P
2010	L	O	ALFA & OMEGA ⁽³⁾	04.886.887/0001-18	24/11/2010	24/11/2014	1	1					P
2009	L	O	ALFA & OMEGA ⁽⁴⁾	04.886.887/0001-18	16/02/2009	16/02/2014	1	1					P
2010	L	O	COLIM ⁽⁵⁾	03.468.016/0001-11	08/01/2010	08/03/2014	1	1					P
2013	L	O	GLOBAL ⁽⁶⁾	11.634.366/0001-39	08/08/2013	08/08/2014	1	1					A
2011	L	O	PRONTSERV ⁽⁷⁾	10.926.785/0001-81	14/02/2011	14/02/2014	1	1					P
2009	L	O	SCOVAN ⁽⁸⁾	83.353.912/001-74	02/03/2009	02/03/2014	1	1					P
2009	L	O	SCOVAN ⁽⁹⁾	83.353.912/001-74	02/03/2009	02/03/2014	1	1					P
2008	L	O	SERVIÇOS VITÓRIA ⁽⁶⁾	02.043.066/0001-94	07/08/2008	07/08/2013	1	1					E
2008	L	O	SERVI-SAN ⁽¹⁰⁾	06.855.175/0010-67	14/07/2008	13/07/2013	1	1					E
2011	L	O	SERVI-SAN ⁽¹¹⁾	06.855.175/0010-67	1º/04/2011	30/03/2014	1	1					P
2008	L	O	SERVLIMP ⁽¹²⁾	05.795.290/0001-20	02/06/2008	01/07/2013	1	1					E
2013	L	O	SERVLIMP ⁽¹²⁾	05.795.290/0001-20	02/07/2013	02/07/2014	1	1					A
2008	L	O	SERVLIMP ⁽¹³⁾	05.795.290/0001-20	02/01/2013	02/01/2015	1	1					A
2010	L	O	THAURUS ⁽¹⁰⁾	10.551.135/0001-07	15/07/2013	15/07/2014	1	1					A
2009	V	O	BRASFORT ⁽¹⁴⁾	03.497.401/0001-97	1º/12/2009	1º/12/2014			25	25			P
2011	L	O	RDJ ⁽¹⁴⁾	06.350.074/0001-34	1º/07/2011	29/06/2014	65	65	2	2			P

Observação:

- Refere-se à prestação de serviços nos Pontos de Atendimento: (1) Posto de Atendimento em Cascavel/PR – PSTCV; (2) Posto de Atendimento na Freguesia – Rio de Janeiro/RJ – PSTFR; (3) Posto de Atendimento em Niterói/RJ – PSTNI; (4) Posto Regional no Galeão – Rio de Janeiro/RJ – ESCGA; (5) Escritório Regional em Juiz de Fora/MG – ESCJF; (6) Posto de Atendimento em Boa Vista/RR – PSTBV; (7) Posto de Atendimento em João Pessoa/PB – PSTJP; (8) Escritório Regional em Belém/PA – ESCPA; (9) Posto de Atendimento em Marabá/PA – PSTMB; (10) Posto de Atendimento em Macapá/AP - PSTMP; (11) Posto de Atendimento em Fortaleza/CE – PSTFZ; (12) Escritório Regional em Bagé/RS – ESCBG; (13) Posto de Atendimento em Pelotas/RS – PSTPL.
- Refere-se à prestação de serviço no Edifício Sede da FHE: (14)
- O contrato firmado com a empresa BRASFORT para prestação de serviços de vigilância contempla 25 trabalhadores, no entanto, apenas 1 deles atua como vigilante ostensivo.
- A FHE não possui o código UG/GESTÃO em razão dos seus pagamentos e contratos não transitarem pelo SIAFI.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gerência de Compras e Contratos - GECOC

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.2 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Habitacional do Exército – FHE							CNPJ: 00.643.742/0001-35						
UG/Gestão: -													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2011	8	O	AEROCLIMA	32.912.750/0001-26	20/07/2011	30/3/2014			4	4	1	1	P
2011	1	O	ANGEL'S	03.372.304/0001-78	1º/12/2011	1º/12/2014	4	4					P
2012	10	O	ATIVA BRIGADISTA	10.869.440/0001-33	18/12/2012	18/12/2014			*	3			P
2010	10	O	BRASFORT	36.770.857/0001-38	1º/02/2010	1º/02/2014			12	12			P
2010	9	O	ENGEPROM	04.762.861/0001-68	31/08/2010	31/08/2012	3	3	8	8	1	1	P
2011	9	O	GHS	01.797.423/0001-47	06/10/2011	06/10/2012	2	2					P

2012	1	O	HK SERVIÇOS	15.718.607/0001-89	12/12/2012	12/12/2013	4	4					E
2013	1	O	IDA	11.412.539/0001-74	16/08/2013	15/01/2014	4	4					A
2010	4	O	WORLD SERVICE	04.386.852/0001-10	1º/10/2010	1º/10/2014	2	2					P

Observação:

- O contrato firmado com a empresa ATIVA BRIGADISTA para prestação de serviços de brigada é sob demanda. Para avaliar a quantidade, foram considerados as últimas Ordens de Serviços emitidas àquela empresa.
- A FHE não possui o código UG/GESTÃO em razão dos seus pagamentos e contratos não transitarem pelo SIAFI.

LEGENDA

Área: 1. Segurança; 7. Telecomunicações;
 2. Transportes; 8. Manutenção de bens móveis
 3. Informática; 9. Manutenção de bens imóveis
 4. Copeiragem; 10. Brigadistas
 5. Recepção; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
 6. Reprografia; 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gerência de Compras e Contratos – GECOC

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica o subitem 6.2 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros - da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013, pois a FHE não possui frota de veículos.

6.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Fundação Habitacional do Exército acha-se sediada em edifício, construído com recursos próprios, em terreno de propriedade da UNIÃO, jurisdicionado ao EB, cedido por Contrato de Cessão de Uso celebrado com a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, com interveniência do Comando do Exército/11ª Região Militar.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

7.1.1 Gestão de Tecnologia da Informação

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.

4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<ul style="list-style-type: none"> • A FHE não possui uma área de Tecnologia da Informação-TI específica, valendo-se das instalações estruturadas pela POUPEX, onde são prestados todos os tipos de serviços de TI requeridos pela Fundação. • Todo o Planejamento de TI é realizado pela POUPEX e atende todas as necessidades da Fundação. 	

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CODTI

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As informações e os quadros do subitem 8.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013, não se aplicam à Fundação,

tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei Nº 7.750, de 13 de abril de 1989, “À Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.”. Deste modo, a FHE não aderiu a nenhum programa de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) ou Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP).

8.1 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TI E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS E SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS

8.1.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>É solicitada garantia quanto a origem do papel utilizado nas produções gráficas e da madeira utilizada em obras bem como do descarte de resíduos das obras em locais apropriados; reaproveitamento de águas pluviais.</i> 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <i>Solicitação de certificação como FSC, UL, DNV ou DS.</i> 				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				

9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.				X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X					
Considerações Gerais:						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

Fonte: Gerência de Compras e Contratos – GECOC, Gerência de Administração da Sede – GEASE, Gerência de Engenharia – GEREN.

8.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS ADOTADAS PELAS UJ PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

8.2.1 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

As informações e os quadros deste item não se aplicam à Fundação, tendo em vista o que prevê o Art. 3º, da Lei Nº 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art. 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.*”. Deste modo, a FHE não aderiu a nenhum programa de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) ou Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP). No entanto, o quadro a seguir apresenta informações quanto ao consumo de papel, energia elétrica e água, que são acompanhados e controlados por esta Instituição.

CONSUMO DE PAPEL, ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

Valores em R\$ 1,00

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	7.350 resmas	0	0	63.430,50	0	0
Água	12.491 M³	12.420 M³	13.409 M³	212.567,54	195.752,33	194.913,09
Energia Elétrica	2031375 KWH	2059299 KWH	2193449 KWH	601.252,35	685.467,61	703.097,12
			Total	R\$ 877.250,39	R\$ 881.219,94	R\$ 898.010,21

Fonte: Gerência de Compras e Contratos – GECOC e Gerência de Administração da Sede – GEASE

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Não se aplicam à FHE, os subitens da Parte A, do Anexo II da DN nº127/2013:

9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO - em razão de não serem destinados à Fundação recursos orçamentários da União;

9.6 - ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV - em razão de não possuir contratos registrados nos sistemas mencionados.

9.1 TRATAMENTO DAS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 032.763/2010-7	3006/2013 – TCU – Plenário, de 6/11/2013	9.2	DE	Ofício 1006/2013 - TCU/ SecexDefesa, de 11/11/2013
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Descrição da Deliberação:					
<p>Foram rejeitados os embargos de declaração opostos contra o Acórdão n. 1.797/2013-TCU-Plenário, que, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para tanto, determinou que a Instituição:</p> <p>“9.2.1. se abstenha de comercializar o empreendimento localizado na Projeção D da SQNW 111 do Setor Noroeste, em Brasília, sem processo público de seleção de beneficiários, em observância aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, bem como aos princípios administrativos da razoabilidade, da isonomia e da igualdade;</p> <p>9.2.2. ao comercializar o referido empreendimento, promova processo de seleção dos interessados com base nos critérios objetivos de pontuação em uso na Fundação, ou com base em qualquer outro que venha a substituí-lo, contanto que sejam observados os princípios constitucionais acima mencionados;</p> <p>9.2.3. recomendar à entidade que, caso ainda não tenha feito, normatize os critérios a serem observados na participação e na seleção dos interessados em adquirir os imóveis por ela comercializados, observando os princípios que regem a atuação da administração pública, elencados no item precedente; [...]”.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Síntese da providência adotada:					
Interposição de pedido de reexame, pela Fundação Habitacional do Exército, protocolizado em 2/12/2013, contra a decisão consubstanciada no Acórdão n. 1.797/2013-TCU-Plenário, de 10/7/2013, integrado pelo Acórdão n. 3.006/2013-TCU-Plenário, de 6/11/2013.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nada a considerar.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a considerar.					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-014.734/2011-7	3.145/2013 - TCU - Plenário, de 20/11/2013	1.6	DE	Ofício 1.124/2013 - TCU/ SecexDefesa, de 4/12/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE					957
Descrição da Deliberação					
Foram acolhidos parcialmente os embargos de declaração opostos contra o Acórdão n. 1.945/2012-TCU-Plenário, para “no mérito, acatá-los parcialmente, de modo que o subitem 1.6 do Acórdão 1945/2012-Plenário, passe a ter a seguinte redação: ‘1.6. Determinar à Fundação Habitacional do Exército que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apure os fatos,					

identifique os responsáveis e quantifique o dano decorrente das ocorrências apontadas na Nota de Auditoria nº 002/2009 da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI, relativamente à gestão dos empréstimos concedidos à Associação de Magistrados da 1ª Região - AJUFER no período de 2000 a 2009, e, caso esgotadas as providências administrativas internas para o ressarcimento aos cofres da Fundação, instaure a tomada de contas especial nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 8.443/1992, devendo informar ao TCU, no prazo acima indicado, os resultados das medidas adotadas. [...]”	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Fundação Habitacional do Exército - FHE	957
Síntese da Providência Adotada	
A Fundação Habitacional do Exército instaurou procedimento administrativo com a finalidade de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano decorrente das ocorrências apontadas na Nota de Auditoria nº 002/2009 da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI, relativamente à gestão dos empréstimos concedidos à Associação de Magistrados da 1ª Região – AJUFER, no período de 2000 a 2009, nomeando comissão específica para tanto (Portaria PRESI n. 001/2014, de 7/1/2014).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Procedimento em curso. O prazo de 60 (sessenta) dias, inicialmente concedido para que se prestassem as informações acerca dos resultados das medidas adotadas, foi prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, nos termos do Ofício 0235/2014/TCU-SecexDefesa, de 7/3/2014, recebido na sede da Fundação Habitacional do Exército, em 10/3/2014, às 17h05.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a considerar.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Nada a considerar.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Nada a considerar.	

Fonte: Consultoria Jurídica - COJUR

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem pendências de atendimentos.

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

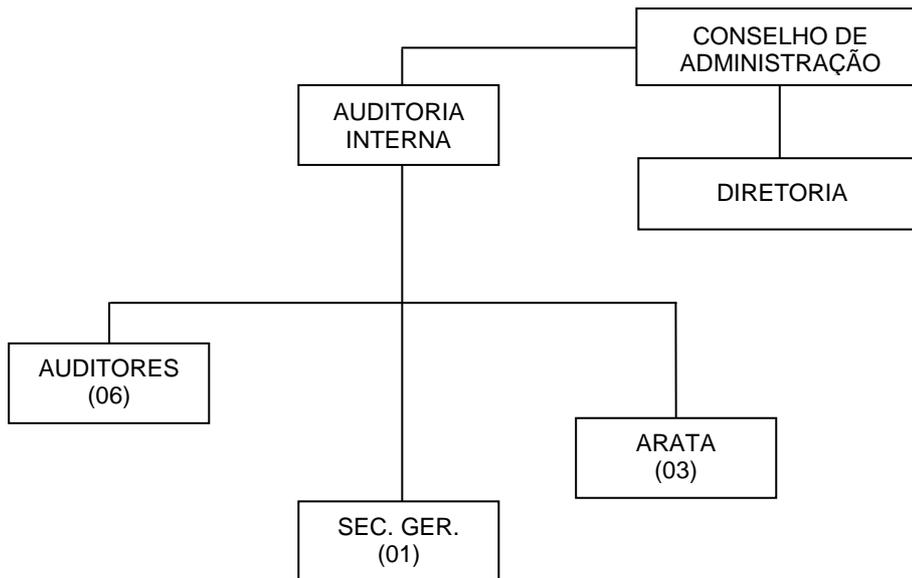
A Fundação Habitacional do Exército – FHE não recebeu recomendações do OCI.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem pendências de atendimentos.

9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) Estrutura e posicionamento da Auditoria Interna no organograma da FHE:



b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações.

- Escritório Regional em Santiago-RS – ESCST;
- Posto de Atendimento em Boa Vista-RR – PSTBV;
- Posto de Atendimento em João Pessoa-PB – PSTJP;
- Posto de Atendimento em Lago Sul-DF – PSTLS;
- Posto de Atendimento em Ponta Grossa-PR – PSTPG;
- Posto de Atendimento em São José dos Campos-SP – PSTSJ;
- Posto de Atendimento em São Pedro D’Aldeia-RJ – PSTSA;
- Posto de Atendimento em Taguatinga-DF – PSTTG;
- Gerência de Consórcios – GECON;
- Gerência de Crédito Imobiliário – GECRI;
- Gerência Financeira – GEFIN.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.

As recomendações e/ou sugestões efetuadas pela Auditoria Interna da FHE foram ou estão sendo implementadas.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.

Os fatos identificados nas auditorias operacionais e contábeis e respectivas recomendações e/ou sugestões são registrados no Sistema de Controle de Documentos – SICOD, com o objetivo de acompanhar os planos de ação e implementação, sendo classificados nas condições a seguir:

Pendente – quando a AUDIT aguarda a manifestação da UTA ou quando a resposta encaminhada não é suficiente e exige um acompanhamento até que o assunto seja totalmente esgotado;

Concluído no Âmbito da UTA – quando as providências adotadas pela UTA, para a implementação/solução/ajuste do fato, forem consideradas suficientes pela AUDIT;

Encerrado no Âmbito da AUDIT – quando não houver tratamento definitivo pela UTA, esgotados os procedimentos de acompanhamento formal na esfera de atuação da AUDIT.

Os referidos registros possibilitaram a emissão dos relatórios trimestrais.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

O monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna é realizado por meio do Sistema de Controle de Documentos – SICOD, conforme já descrito no item “d”.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

Os relatórios e notas de auditoria são disponibilizados em meio físico aos gerentes das UTAs auditadas, e à Diretoria em meio digital via Intranet da Instituição. Na ocasião, são encaminhados e-mails a todos os Diretores informando que os citados documentos estão disponíveis.

Os relatórios trimestrais são os resultados do acompanhamento dos planos de ação e implementação referentes aos fatos identificados nas auditorias, por meio dos quais a Diretoria tem conhecimento das recomendações e/ou sugestões feitas pela Auditoria Interna.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Os relatórios trimestrais são disponibilizados em meio físico ao Presidente do Conselho de Administração.

A sistemática de comunicação à Diretoria das auditorias realizadas já foi informada no item “f”.

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI N° 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.760/93

A FHE solicita aos agentes constantes do Rol de Responsáveis a entrega da cópia da Declaração de Bens e Rendas, as quais são arquivadas na Gerência de Pessoal da Fundação, ficando à disposição dos controles internos e externos, em conformidade com o prazo fixado pela Secretaria da Receita Federal. As Declarações de 2013 serão entregues até 30/04/2014.

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Fundação Habitacional do Exército - FHE oferece, por meio da Ouvidoria, um canal de comunicação direta com os seus clientes para a manifestação de sugestões, elogios, denúncias e

reclamações de demandas não resolvidas pelas vias habituais de atendimento. Com o intuito de agilizar o atendimento às demandas dos clientes, a Ouvidoria da FHE estabeleceu o período de até 5 dias úteis para resposta ao cliente.

Além do registro e do tratamento das ocorrências, a Ouvidoria vem agindo proativamente em busca da opinião dos clientes a respeito dos produtos das Instituições, com o intuito de avaliar a satisfação dos clientes.

10.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

Os acessos disponibilizados aos clientes para registro das reclamações, das sugestões, dos elogios ou das denúncias permanecem distribuídos da seguinte forma:

- Internet: e-mail ouvidoria@poupex.com.br ou pelo formulário padrão, disponível no site www.poupex.com.br, todos os dias;
- Telefone: 0800 647 8877, das 8h30 às 17 h, nos dias úteis;
- Fax: (61) 3314-9301, à disposição 24 horas, todos os dias;
- Correio: Avenida Duque de Caxias, s/n - Setor Militar Urbano - Brasília/DF - 70630-902;
- Pessoalmente: por meio de agendamento de horário;
- Secretária Eletrônica: disponível, todos os dias, fora do horário de expediente.

A FHE divulga os serviços de Ouvidoria e número de contato 0800 647 8877, por meio de cartazes e filipetas distribuídos, periodicamente, em todos os Pontos de Atendimento, além de providenciar a impressão do número do 0800 nos contratos, nas cartas encaminhadas ao público externo, inclusive cartas de crédito, extratos, comprovantes eletrônicos e nas malas diretas.

10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO

A Ouvidoria da FHE possui o projeto “Ouvidoria Proativa”, idealizado desde o segundo semestre de 2009, que realiza anualmente pesquisa de satisfação com os clientes cadastrados na base da Ouvidoria. A proposta é oferecer maior proximidade ao público externo de modo a conhecermos o grau de satisfação que ele possui em relação aos nossos produtos e serviços e a confiança depositada na Instituição.

Paralelamente, diante das manifestações dos clientes, a pesquisa possibilita às nossas Instituições adotar eventuais melhorias para aprimoramento dos nossos trabalhos e rotinas.

10.3 RESULTADOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

A Ouvidoria da FHE aplicou em 2011, 2012 e 2013 três pesquisas da Ouvidoria Proativa.

Em fevereiro de 2011, o produto **Plano Odontológico** foi o tema da pesquisa de satisfação e teve como finalidade identificar os possíveis pontos fracos do produto e otimizar os pontos fortes. No total foram realizados 694 contatos, sendo que 98,1% dos clientes consideraram “ótimo” e “bom” o atendimento prestado no momento da aquisição do serviço.

Em junho de 2012, a pesquisa foi realizada com os clientes do **Programa Meu Primeiro Imóvel** e do **Financiamento PROCAP**. No total, 477 mutuários das duas linhas de financiamento foram contatados. Os resultados mostraram que quase a totalidade dos clientes considerou todo o

processo de financiamento das duas linhas como “ótimo” e “bom” – 95% em relação ao Programa Meu 1º Imóvel e 98% no PROCAP.

Em maio de 2013, foram apresentados os resultados da pesquisa de satisfação realizada com 919 clientes que contrataram o **Financiamento de Material de Construção**. Os dados coletados mostram que 99,46% avaliaram o produto como “ótimo” e “bom”.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Lei nº. 7.750, de 13.04.1989, dispõe no art. 3º que “à Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União”.

Além disso, o art. 4º da mesma Lei esclarece:

“Art. 4º. Ressalvadas a supervisão ministerial e as determinações do art. 70 e seu parágrafo único da Constituição Federal, à Fundação Habitacional do Exército não se aplicam outras disposições legais e regulamentares relativas às autarquias, às fundações públicas e aos demais órgãos e entidades da administração indireta.”

Assim, embora a Fundação Habitacional do Exército possua algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE, que, em realidade, a transforma num órgão fora dos padrões normais da estrutura administrativa da União.

Há de se ressaltar que é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças do Exército – Diretoria de Contabilidade – D Cont integralizar o Balancete Público que contém os dados contábeis da FHE no Sistema de Administração Financeira - SIAFI.

Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei nº. 4.320/64, porém cumpre o estabelecido no item 11.4 da parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 127/13. Assim, os demonstrativos ora apresentados na Prestação de Contas de 2013 são elaborados à luz da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976, e as alterações advindas da Lei nº 11.638, de 28.12.2007.

Dessa forma, não se aplicam à FHE os subitens, da DN-TCU nº127/2013, **11.1 – MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO** e **11.3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº4.320/1964**. O subitem **11.5 – PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE**, também não se aplica em razão das demonstrações contábeis da FHE não sofrerem auditoria independente. Entretanto, é auditada pela Auditoria Interna (AUDIT) e pelo CCIEx.

11.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Declaração do Contador figura no [Anexo II](#)

11.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas figuram no [Anexo III](#) e [Anexo IV](#), respectivamente.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Operações Imobiliárias são aquisições, alienações e permutas de bens imóveis que, como consequência, geram lançamentos contábeis patrimoniais imobiliários com caráter de **investimento**.

Distinguem-se de *Gestão do Patrimônio Imobiliário* (Item 6.2) em razão das diferenças de natureza das ações reais, contábeis e jurídicas. Gestão imobiliária está ligada ao uso do bem, conquanto que operação imobiliária está ligada à propriedade do bem e sua transmissão entre pessoas físicas ou jurídicas.

12.1 PERMUTAS IMOBILIÁRIAS COM A UNIÃO FEDERAL/COMANDO DO EXÉRCITO

Conforme a tabela a seguir, demonstram-se as permutas realizadas **pela FHE com a União Federal/Comando do Exército**, denominadas *Remanejamentos Patrimoniais*, que são operações imobiliárias caracterizadas principalmente pela permuta (troca) de terrenos de propriedade da União, jurisdicionados ao Comando do Exército, por obras a construir, executadas pela FHE e entregues ao Exército, como contrapartidas.

Quadro A.12.1 – Relação das permutas imobiliárias em andamento no Exercício

Unidade Permutante				
Nome: COMANDO DO EXÉRCITO (2)				
CNPJ: 00.394.452/0269-19			UG/GESTÃO:	
Informações sobre as Permutas (1)				
Instrumento Jurídico (3)	Termo de Ajuste nº 0412500	Termo de Ajuste nº 0511800	Termo de Ajuste nº 0604600	
Identificação da Operação	Morro do Farol	Área 3 Realengo	Barueri IV	
Data da avença (4)	01/11/2004	20/12/2005	01/06/2006	
Registro da transferência de domínio do imóvel da União para a FHE em cartório de registro de imóveis (5A)	(5B) R.2 da Matrícula nº 85.505, do 1º Oficial de RGI de Osasco/SP.	Ainda não registrado	(5B) R.4 da Matrícula nº 129.347; e R.3 das Matrículas nº 129.438, 129.439 e 129.440, do RGI de Barueri, do 1º Oficial /SP.	
Valores Históricos Pactuados [R\$]	Valor da Avença (6)	14.949.850,35	5.100.000,00	14.300.000,00
	Valor em Contrapartidas (7)	11.100.000,00	5.064.656,79	10.000.000,00
	Valor em Torna (8)	3.849.850,35	35.343,21	4.300.000,00
Valores Pactuados e apurados no exercício	Contrapartidas entregues até 31/12/2012 (9)	15.064.816,02	5.136.315,56	15.505.721,91

[R\$]	Contrapartidas complementares avançadas no exercício (10)	0,00	0,00	0,00
	Contrapartidas entregues no exercício (11)	0,00	0,00	0,00
	Contrapartidas entregues até 31/12/2013 (12)	0,00	0,00	0,00
	Valor da Torna em 31/12/2012 (13)	73.824,23	0,00	0,00
	Valor de atualização da Torna no exercício (14)	92,54	0,00	0,00
	Valor da Torna em 31/12/2013 (15)	73.916,77	0,00	0,00

- (1) Por se tratarem de permutas por obras a construir, as avenças possuem dois momentos importantes para a contabilização de valores: os seus inícios, por Termos de Ajuste, e seus finais, por Contrato de Permuta. Os registros das transmissões e/ou averbações imobiliárias nos Cartórios de Registros de Imóveis ocorrem somente ao final das transações, quando todas as obras são definitivamente entregues. Dessa forma, as contabilizações em contas definitivas ocorrem após as lavraturas dos contratos de permuta. Antes disso, os lançamentos são realizados em contas transitórias.
- (2) A localização das obras de contrapartida e os CNPJ das unidades militares beneficiadas é encargo do Comando do Exército;
- (3) Os Termos de Ajuste possuem valor jurídico e econômico de compromissos de promessa de permuta, conforme a Lei Nº 10.406_2002 - Código Civil;
- (4) Data de subscrição dos Termos de Ajuste;
- (5A) O registro em cartório de registro de imóveis das transferências de domínio (propriedade) caracterizam, normalmente, o final da avença;
- (5B) Casos em que, decorrente da especificidade da negociação, o registro ocorreu antes do final da avença;
- (6) Valores dos terrenos pactuados à época da lavratura dos Termos de Ajuste;
- (7) Valores das obras a construir pactuados à época da lavratura dos Termos de Ajuste;
- (8) Valores remanescentes da homogeneização entre os valores dos terrenos em permuta e os valores das obras a construir pactuados à época da lavratura dos Termos de Ajuste. Decorrem da não apresentação pelo Comando do Exército de volume de obras que absorvesse todo o valor dos terrenos em permuta, gerando saldos que são convertidos em crédito da FHE para com o Exército, reajustados pela Taxa Referencial, conforme pactuação expressa nos Termos de Ajuste;
- (9) Valor histórico acumulado das obras entregues ao Comando do Exército, conforme Termos de Recebimento Definitivo de Obras (TEREOs). O valor também está acrescido da variação do crédito do EB para com a FHE, quando existente na data de assinatura dos Termos Aditivos ao Termo de Ajuste;
- (10) Novas obras propostas pelo Comando do Exército que se constituem em objetos complementares, mediante celebração de Termos Aditivos;
- (11) Valor das obras entregues ao Comando do Exército no exercício, conforme Termos de Recebimento Definitivo de Obras (TEREOs);
- (12) Valor histórico acumulado das obras entregues ao Comando do Exército, incluindo as entregas no exercício, conforme Termos de Recebimento Definitivo de Obras (TEREOs);

- (13) Remanescentes de crédito da FHE para com o Exército reajustados pela Taxa Referencial, conforme pactuação expressa nos Termos de Ajuste;
- (14) Valor de atualização da Torna no exercício; e
- (15) Remanescentes de crédito da FHE para com o Exército reajustados pela Taxa Referencial, incluindo a atualização no exercício, conforme pactuação expressa nos Termos de Ajuste.

Fonte: Gerência de Patrimônio - GPATR

12.1.1 Considerações Gerais

a) As operações imobiliárias levadas a efeito pelo Comando do Exército, com respaldo na Lei 5.651/1970, nominadas pelo Órgão de remanejamentos patrimoniais, ocorrem com base na Lei nº 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro – e na Lei nº 5.651/1970, nas modalidades de compra e venda, permutas entre imóveis ou permutas por obras a construir, com subsídios da Lei nº 9.636/1998 e da Lei nº 8.666/1993.

b) A realização de permutas imobiliárias, ao invés de operações de compra e venda, têm sido uma opção do Comando do Exército. Tais operações conjugam alienações com obras a construir e mesmo com aquisição de terrenos novos, propiciando continuada implementação da política de estruturação imobiliária do Exército, com base na Lei nº 5.651/1970 e na Diretriz Ministerial (Exército) de 16 de agosto de 1996. Nesse quadro, a FHE se constitui apenas em uma opção à disposição do Comando do Exército, que define sua participação conforme suas avaliações técnicas e de oportunidade.

c) Basicamente, a opção recai sobre a FHE quando as obras necessitadas pelo Exército possuem distribuição espacial por vários pontos do território nacional, o que inviabiliza a operação ser for realizada com algum ente público, notadamente estados e municípios, ou agrega bastante dificuldade e custo quando realizada com a iniciativa privada.

12.2 ANÁLISE CRÍTICA

A manutenção da política de remanejamentos patrimoniais do Exército com a FHE, por meio de permutas por obras a construir, tem permitido a consecução de sua finalidade social, conforme expresso em seu Estatuto (Port Nº 741/2011 do Comandante do Exército – DOU nº 230, Seção I, de 1º/12/2011): “Art. 3º *Compete à FHE, para consecução de seus objetivos:*

I – facilitar o acesso à casa própria aos associados da APE/POUPEx, prioritariamente aos militares do Exército;

II – realizar empreendimentos habitacionais cujo interesse venha a ser manifestado pelo Comandante do Exército;

III – contribuir para o bem-estar social da família militar, atuando prioritariamente nas áreas habitacional e de assistência social: (...).”

CONCLUSÃO

Durante todo o ano, a FHE promoveu inovações em seus produtos e serviços, a fim de proporcionar qualidade de vida e satisfação ao público-alvo, particularmente à família militar.

Facilitar a conquista da moradia continuou sendo a prioridade da FHE, que adquiriu terrenos no Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, para futuras edificações de empreendimentos.

A fim de proporcionar mais conforto aos clientes, foram implementadas melhorias na rede de atendimento. Os Escritórios de Recife e os Postos de Niterói (RJ) e de Ponta D'Areia (RJ) passaram por reformas. Foram iniciadas também as obras dos Pontos Fixos de Taguatinga (DF) e da nova sede do Comando Militar do Planalto, em Brasília (DF).

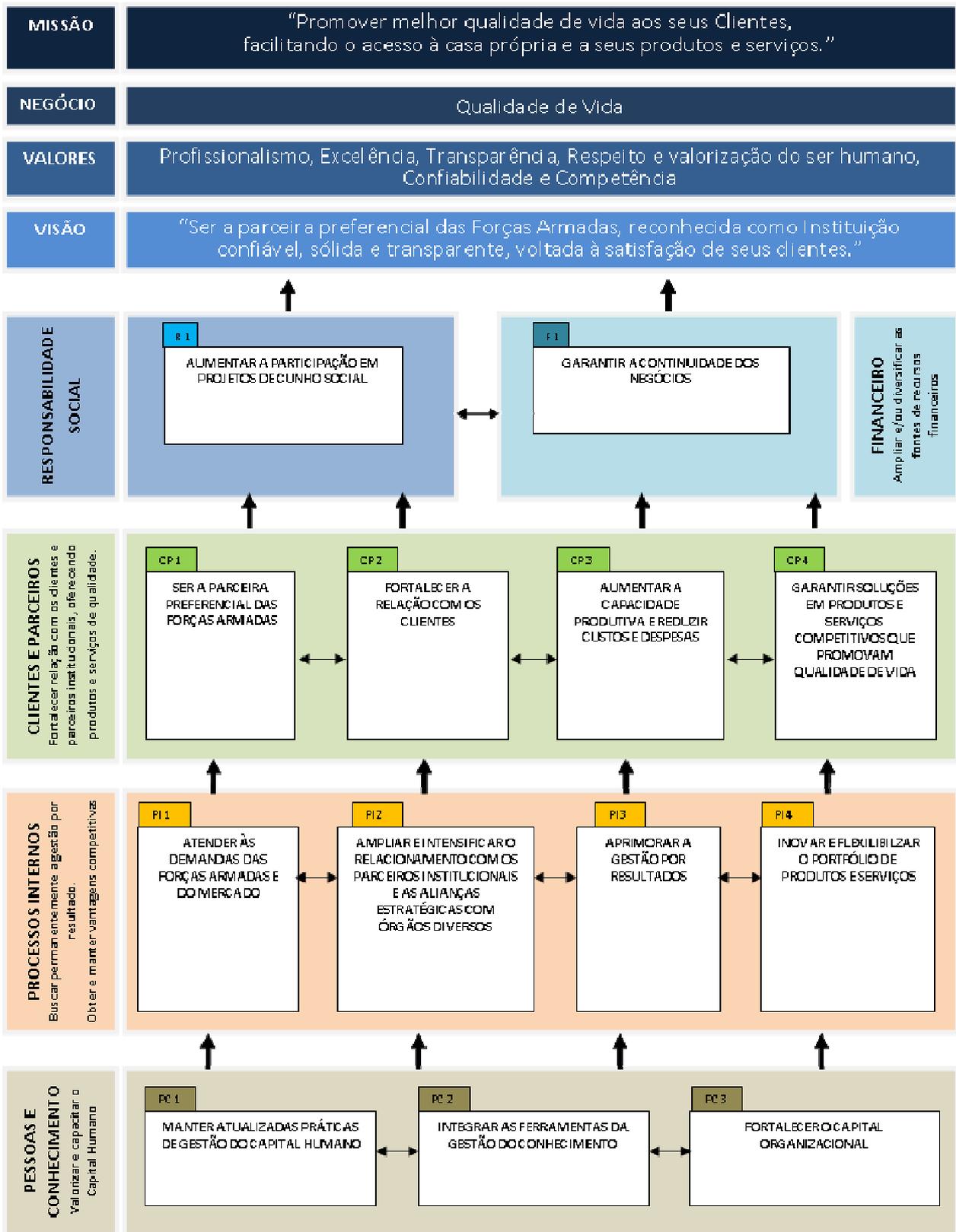
A Instituição perseverou no aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, deu continuidade ao Projeto de Inovação e Melhorias de Processos e promoveu a integração dos sistemas com foco nos resultados.

Para 2014, as expectativas são de prosseguir facilitando a conquista da moradia como prioridade da FHE; dar continuidade à oferta dos produtos e serviços sempre procurando adequá-los às necessidades dos clientes e acompanhar a execução do Planejamento Estratégico, atento à análise do ambiente interno/externo.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente da FHE

ANEXOS

ANEXO I – Mapa Estratégico da FHE – 2012 a 2016



ANEXO II – Declaração do Contador**EXERCÍCIO DE 2013**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UJ:	
Fundação Habitacional do Exército		168001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis, elaborados à luz da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e as alterações advindas da Lei nº 11.638 de 28.12.2007, constantes na Prestação de Contas Anual e no Relatório de Gestão do exercício de 2013, refletem a adequada situação financeira e patrimonial da Fundação Habitacional do Exército.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	31/03/14
Contador Responsável	Maria de Fátima Machado Gonçalves	CRC nº	DF 008116/0-1

ANEXO III – Demonstrações Contábeis**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35



A T I V O	31.12.2013 R\$ mil	31.12.2012 R\$ mil
CIRCULANTE	817.298	755.137
DISPONIBILIDADES	192.903	161.364
Caixa	1	1
Depósitos em Instituições Financeiras	192.902	161.363
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS	332	492
LIVRES	332	492
Cotas de Fundos de Investimentos	332	492
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.652	5.468
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	5.652	5.468
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	11.749	29.222
Imóveis	11.749	29.222
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	589.006	551.121
Financiamentos Imobiliários	61.086	35.388
Financiamento - Digital	640	882
Empréstimos	537.719	523.568
(-) Provisão para Operações de Crédito	(10.439)	(8.717)
OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS	17.656	7.470
Rendas a Receber	2.693	2.493
Adiantamentos	1.594	1.552
Pagamentos a ressarcir	26	56
Devedores Diversos - País	5.855	3.317
Caução	7.404	0
Material em Estoque	84	52
NÃO CIRCULANTE	1.785.854	1.628.499
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.706.370	1.543.218
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	41.958	39.280
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	19.139	18.555
FCVS-Financiamentos com Recursos Próprios	27.762	24.206
(-) Provisão para Perdas em Créditos Vinculados	(4.943)	(3.481)
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	163.975	127.694
Imóveis	164.062	127.781
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(87)	(87)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.499.697	1.375.521
Financiamentos Imobiliários	335.585	226.161
Financiamento - Digital	484	665
Empréstimos	1.183.977	1.168.499
(-) Provisão para Operações de Crédito	(20.349)	(19.804)
OUTROS CRÉDITOS	740	723
Pagamentos a ressarcir	334	334
Títulos e Créditos a Receber a Prazo	22.102	19.812
(-) Provisão para Títulos e Créditos a Receber a Prazo	(22.102)	(19.812)
Devedores por depósitos em garantia	406	389
IMOBILIZADO	79.484	85.281
Edificações e Terrenos	2.338	1.791

Acessão em imóvel	84.187	84.187
Móveis e Equipamentos de Uso	4.812	4.852
Sistema de Comunicação	12.595	1.203
Sistema de Processamento de Dados	12	11.409
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(24.460)	(18.161)
TOTAL	2.603.152	2.383.636

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
 Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF
 C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35



PASSIVO	31.12.2013	31.12.2012
	R\$ mil	R\$ mil
CIRCULANTE	101.878	108.565
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	5.652	5.468
Refinanciamentos (Sistema Financeiro da Habitação)	5.652	5.468
OUTRAS OBRIGAÇÕES	96.226	103.097
Fiscais e Previdenciárias	579	609
Recursos do PROMORAR - Taxa de Ocupação	3.669	3.664
Adiantamentos Recebidos (Promitentes Compradores de Imóveis)	22.097	28.812
Credores por Recursos a Liberar	8.535	9.858
Provisão para Pagamentos a Efetuar	10.286	8.676
Provisão para Passivos Contingentes	14.088	10.915
Obrigações Junto ao Com. do Exército - Remanejamento de Imóveis	98	3.296
Obrigações Junto a Pouplex - Custo com Pessoal	22.155	17.740
Obrigações por Aquisições de Imóveis	8.411	15.008
Recursos Garantias Realizadas	3.281	2.313
Prêmios de Seguros a Repassar	970	662
Valores Recebidos	377	547
Diversas	1.680	997
NÃO CIRCULANTE	10.045	0
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)	10.045	0
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.491.229	2.275.071
SUBVENÇÃO INICIAL	621	621
RESERVAS ESPECIAIS	97.433	97.433
Doações e Subvenções para Investimentos	1.452	1.452
Participações em Resultados da APE-POUPEX	95.981	95.981
RESERVAS DE RESULTADOS PRÓPRIOS	2.177.017	1.976.585
Reserva de Resultados Próprios	2.177.017	1.976.585
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	216.158	200.432
Superávit do Exercício	216.158	200.432
TOTAL	2.603.152	2.383.636

ERON CARLOS MARQUES
 Presidente da FHE
 CPF: 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
 CONTADORA
 CRC/DF Nº 008.116/O-1
 CPF 217.147.540-49

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DO SUPERÁVIT 2013

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
 Endereço: Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília-DF
 C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35



DISCRIMINAÇÃO	31.12.2013 R\$ mil	31.12.2012 R\$ mil
RECEITAS OPERACIONAIS	464.958	461.117
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	354.912	360.510
Rendas de Financiamentos Imobiliários/Habitacionais	34.764	17.457
Rendas de Empréstimos Simples	319.947	342.763
Rendas de Financiamentos p/Aquisição de Microcomputadores	201	290
RENDAS DE DISPONIBILIDADES	10.016	5.956
Rendas de Depósitos na APE-POUPEX	9.981	5.922
Rendas de Investimentos	35	34
RECEITA NA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	52.737	55.795
Receita na Comercialização de Imóveis	52.737	55.795
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	31.359	20.775
Rendas de Intermediação de Seguros	21.135	10.514
Rendas de Intermediação de Cartão de Crédito	1	2
Rendas de Taxas de Administração de Consórcio	10.223	10.259
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	15.934	18.081
Recuperação de Créditos Baixados c/Prejuízo	9.454	9.799
Reversão de Provisão p/Créd.Liquidação Duvidosa	1.140	1.561
Reversão de Provisão p/perdas com FCVS	336	0
Reversão de Provisão p/operações de crédito	0	1.287
Recuperação de Encargos e Despesas	702	935
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.405	2.160
Rendas de Excedente Técnico	217	264
Outras Rendas Operacionais	678	873
Outras Reversões	1.002	1.202
DESPESAS OPERACIONAIS	(244.468)	(254.617)
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES P/EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(184)	(778)
Despesas de Refinanciamentos	(184)	(184)
Despesas de Empréstimos no País - Outras Instituições	0	(594)
CUSTOS DOS IMÓVEIS COMERCIALIZADOS	(14.783)	(46.840)
Custos dos Imóveis	(14.783)	(46.840)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(167.931)	(148.026)
Despesas de Água, energia e gás	(1.137)	(1.211)
Despesas de Aluguéis	(229)	(215)
Despesas de Comunicações	(3.216)	(3.454)
Despesas de Material	(281)	(231)
Despesas de Diretoria e Conselho de Administração	(2.483)	(2.279)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(6.117)	(8.259)
Despesas de Pessoal	(2.089)	(1.952)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(13.361)	(12.289)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(462)	(397)
Despesas de Serviços de Terceiros	(599)	(889)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.370)	(2.104)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.521)	(1.947)
Despesas Tributárias	(970)	(871)
Despesas com consórcio	(277)	(224)
Despesas com viagens	(40)	(26)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2013 R\$ mil	31.12.2012 R\$ mil
Despesas de Remuneração por Custo de Pessoal	(116.192)	(105.527)
Remuneração por Custo de Processamento de Dados	(15.166)	(5.731)
Outras Despesas Administrativas	(421)	(420)
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(39.727)	(40.469)
Despesas de Depreciação/Amortização	(6.375)	(6.381)
Despesas de Provisões Operacionais	(33.352)	(34.088)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(21.843)	(18.504)
Despesas de Remuneração de Outras Obrigações	(1.575)	(999)
Despesas com Consignações	(230)	(19)
Variação monetária de tributos	(1.122)	(1.030)
Cobertura de sinistro	(11.166)	(10.950)
Despesas de Seguros	(591)	(554)
Despesas de Descontos Concedidos	(3.122)	(1.493)
Despesas com Boletos	(118)	(105)
Prejuízos	(150)	(79)
Despesas com Estoque de Imóveis	(1.959)	(1.719)
Despesas com Ações Judiciais	(150)	(1.092)
Despesas com Permutas	(1.529)	0
Outras Despesas Operacionais	(131)	(464)
SUPERÁVIT OPERACIONAL	220.490	206.500
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	48	412
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	48	412
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(53)	(45)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(53)	(45)
SUPERÁVIT NÃO OPERACIONAL	(5)	367
SUPERÁVIT LÍQUIDO	220.485	206.867

ERON CARLOS MARQUES
 Presidente da FHE
 CPF: 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
 CONTADORA
 CRC/DF Nº 008.116/O-1
 CPF 217.147.540-49

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012
	R\$ mil	R\$ mil
1 - RECEITAS	431.564	427.354
1.1) Intermediação Financeira	430.305	434.457
1.2) Prestação de Serviços	31.359	20.775
1.3) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(32.211)	(31.237)
1.4) Outras	2.111	3.359
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.108	49.036
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	179.508	157.972
3.1) Materiais, energia e outros	24.894	26.141
3.2) Serviços de terceiros	5.490	4.940
3.3) Perda/Recuperação de valores ativos	0	0
3.4) Outras	149.124	126.891
3.4.1) Outras Despesas Administrativas - Custo de Pessoal	116.192	105.527
3.4.2) Outras Despesas Administrativas	15.308	5.877
3.4.3) Outras Despesas Operacionais	17.624	15.487
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	233.948	220.346
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	6.375	6.381
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	227.573	213.965
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	37	45
7.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0
7.2) Outras	37	45
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	227.610	214.010
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	227.610	214.010
9.1) Pessoal	3.717	3.451
9.1.1 - Remuneração direta	3.380	2.996
9.1.2 - Benefícios	86	76
9.1.3 - F.G.T.S	251	379
9.2) Impostos, taxas e contribuições	2.998	2.715
9.2.1 - Federais	906	814
9.2.2 - Municipais	2.092	1.901
9.3) Remuneração de capitais de terceiros	410	977
9.3.1 - Aluguéis	229	215
9.3.2 - Juros	181	762
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	220.485	206.867
9.4.1 - Superávit Líquido	220.485	206.867

ERON CARLOS MARQUES
Presidente da FHE
CPF: 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
CONTADORA
CRC/DF Nº 008.116/O-1
CPF 217.147.540-49

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL 2013

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO -
FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano -
Brasília - DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35



EVENTOS	SUBVENÇÃO INICIAL	RESERVAS ESPECIAIS	RESERVAS DE RESULTADOS ACUMULADOS	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO SOCIAL
- R\$ mil -					
Saldo em 31.12.2011	621	97.433	1.770.161	206.424	2.074.639
Transferência do Superávit	0	0	206.424	(206.424)	0
Ajustes de Períodos Anteriores	0	0 -		(6.435)	(6.435)
Superávit do Exercício	0	0	0	206.867	206.867
Saldo em 31.12.2012	621	97.433	1.976.585 *	200.432 *	2.275.071
Mutações do Período	0	0	206.424	(5.992)	200.432
- R\$ mil -					
Saldo em 31.12.2012	621	97.433	1.976.585 *	200.432 *	2.275.071
Transferência do Superávit	0	0	200.432	(200.432)	0
Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	(4.327)	(4.327)
Superávit do Exercício	0	0	0	220.485	220.485
Saldo em 31.12.2013	621	97.433	2.177.017	216.158	2.491.229
Mutações do Período	0	0	200.432	15.726	216.158

*Valores segregados para melhor classificação contábil conforme os padrões de comparabilidade editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente da FHE
CPF: 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
CONTADORA
CRC/DF N° 008.116/O-1
CPF 217.147.540-49

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)

Em 31/12/2013



Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias S/N - Setor Militar Urbano - Brasília - DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil EXERCÍCIO 2013	R\$ Mil EXERCÍCIO 2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT LÍQUIDO	220.485	206.867
AJUSTES PARA RECONCILIAR O RESULTADO AO CAIXA LÍQUIDO		
APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS:	38.623	38.941
Provisão para Operações de Crédito	29.257	31.550
Provisão / Reversão - Outros	940	792
Provisão - FCVS	2.015	182
Depreciações/Amortização	6.375	6.381
Baixa Imobilizado por Obsolescência/Inservíveis	36	36
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES:	(227.115)	(90.481)
Baixa de Provisão para Operações de Crédito	(26.870)	(20.694)
Baixa de Provisão para Perdas c/Créditos Renegociados-ES	(6.141)	(10.366)
Baixa de Provisão para Desvalorização de Imóveis	0	(9)
Redução / Aumento em FGTS a Ressarcir	0	34
Aumento em FCVS	(2.862)	(4.419)
Aumento/Redução em Operações de Crédito	(166.463)	3.151
Ajustes de Exercícios Anteriores - ES	(4.327)	(5.433)
Ajustes de Exercícios Anteriores - Digital	0	(1.002)
Aumneto/Redução em Outros Créditos	(4.971)	10.756
Aumento em Outros Valores e Bens	(32)	(20)
Redução/Aumento em Outras Obrigações	(6.870)	4.785
Aumento/Redução de Aplicações Imobiliárias Transitórias	(18.808)	4.740
Aumento/Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.229	(72.004)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.993	155.327
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(67)	(203)
Reformas e Obras em Andamento	(547)	0
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(614)	(203)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.379	155.124
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
DISPONIBILIDADES		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	161.856	6.732
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	193.235	161.856
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	31.379	155.124

ERON CARLOS MARQUES
 Presidente da FHE
 CPF: 048.365.107-91

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
 CONTADORA
 CRC/DF N° 008.116/O-1
 CPF 217.147.540-49

ANEXO IV – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31/12/2013

NOTA 1 - A INSTITUIÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A Fundação Habitacional do Exército - FHE é uma instituição criada pela Lei n. 6.855/80, supervisionada pelo Comando do Exército e com atuação em todo o território nacional. Possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social e tempo de duração indeterminado e é integrante do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

A FHE goza de imunidade tributária, de acordo com o art. 32 da Lei nº 6.855, de 18.11.1980, e, por esse motivo não está sujeita ao Imposto de Renda. Em relação à Contribuição Social é isenta por se enquadrar como fundação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Base da apresentação

A Fundação Habitacional do Exército possui algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE que, em realidade, a transforma num órgão diferente dos padrões usuais da estrutura administrativa da União.

Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei n. 4.320/64.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN). A FHE também está divulgando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), como uma informação suplementar àquelas requeridas pelas normas contábeis referidas anteriormente, em conformidade com a Resolução nº 1.138, de 21.11.2008, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 22.01.2014.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 11), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 13), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 6) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata*

temporis, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

b) Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Entidade em títulos mantidos até o vencimento.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento.

d) Aplicações Imobiliárias

Os imóveis disponíveis para comercialização, representados por casas, apartamentos e terrenos adquiridos e/ou recebidos por meio de Remanejamentos Patrimoniais e obras efetuadas por esta FHE estão demonstrados pelo valor de custo. Objetivando adequar o valor contábil dos imóveis a comercializar ao preço de mercado, efetuou-se a avaliação anual.

Atendendo, ainda, aos requisitos constantes no Pronunciamento CPC 20, os juros pagos por empréstimos atribuídos a produção de ativo qualificável com geração de benefício futuro são capitalizados como custo.

e) Relações Interfinanceiras

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 6).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 6.a).

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. A classificação das operações com atraso superior a 30 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa n.º 8).

g) Imobilizado de Uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 11 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e a acessão do imóvel.

h) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

i) Ativos Contingentes e Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.823/2010.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa n.º 13).

j) Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalentes de caixa dá-se da seguinte forma:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades	192.903	161.364
Caixa	1	1
Depósitos em Instituições Financeiras	192.902	161.363
Títulos e Valores Mobiliários – Livres	332	492
Cotas de Conta Investimentos – BB	332	492
Total Caixa e Equivalente de Caixa	193.235	161.856

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Refere-se a títulos e valores mobiliários adquiridos pela FHE e mantidos até o vencimento, no total de R\$ 332 mil, em 31.12.2013 (R\$ 492 mil, em 31.12.2012).

NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**a. Composição**

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos vinculados	<u>47.610</u>	<u>44.748</u>
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	<u>47.610</u>	<u>44.748</u>
Financiamentos a Ex Combatentes e Parque Real	24.790	24.023
Financiamentos com Recursos Próprios	27.763	24.206
(-) Provisão para perdas	<u>(4.943)</u>	<u>(3.481)</u>
Total	<u><u>47.610</u></u>	<u><u>44.748</u></u>
Classificação do ativo		
Circulante	5.652	5.468
Não circulante	<u>41.958</u>	<u>39.280</u>
Total	<u><u>47.610</u></u>	<u><u>44.748</u></u>

SFH – FGTS a ressarcir registra o valor a ser recebido da CEF para amortização dos financiamentos concedidos aos mutuários.

SFH – FCVS registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21.12.2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 4.943 mil, em 31.12.2013 (R\$ 3.481 mil em 31/12/2012) é constituída com a finalidade de estabelecer um valor para fazer frente a eventuais perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face do Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais.

SITUAÇÃO DA CARTEIRA

Situação da carteira	31/12/2013	31/12/2012
Não habilitados (i)	14.123	11.657
Habilitados e não homologados (ii)	157	352
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	1.885	1.930
Habilitados e homologados (iv)	31.287	29.812
Negativa de cobertura (v)	4.610	4.477
Outros	177	-
Total	52.239	48.228

(i) Representa os saldos de contratos não habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS com valores apurados, com base na análise realizada não foram validados pela FHE. Para esses contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da FHE.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela FHE.

(v) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Exercício	
	2013	2012
Créditos vinculados ao Banco Central	726	1.978
Juros de encaixe obrigatório	2.405	2.160
Desvalorização de Créditos Vinculados	(1.679)	(182)
Total	726	1.978

NOTA 7 - APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS

A conta apresenta a seguinte estrutura:

a. Composição

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações Imobiliárias Transitórias	<u>175.724</u>	<u>156.916</u>
Terrenos, apartamentos e casas	129.880	138.898
Obras em andamento	12.119	875
Unidades Habitacionais em construção	33.812	17.230
(-) Provisão para desvalorização de imóveis	<u>(87)</u>	<u>(87)</u>
Total	<u><u>175.724</u></u>	<u><u>156.916</u></u>
Classificação do ativo		
Circulante	11.749	29.222
Não circulante	<u>163.975</u>	<u>127.694</u>
Total	<u><u>175.724</u></u>	<u><u>156.916</u></u>

De acordo com a avaliação dos imóveis pela área operacional não houve necessidade de ajustes na Provisão para Desvalorização de Imóveis.

b. Resultado das aplicações imobiliárias transitórias

	Exercício	
	2013	2012
Receitas na comercialização dos imóveis	<u>52.737</u>	<u>55.795</u>
Receitas na comercialização dos imóveis	<u>52.737</u>	<u>55.795</u>
Custo na comercialização dos imóveis	<u>(14.783)</u>	<u>(46.840)</u>
Total	<u><u>37.954</u></u>	<u><u>8.955</u></u>

NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira por modalidade

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de crédito	<u>2.119.491</u>	<u>1.955.163</u>
Empréstimos	<u>1.721.696</u>	<u>1.692.515</u>
Empréstimos com garantia hipotecária	0	391
Empréstimo com garantia fiduciária	437	57
Empréstimos	1.721.259	1.692.067
Financiamentos	<u>397.795</u>	<u>262.648</u>
Financiamentos - Habitação	396.671	261.101
Financiamento - Digital	1.124	1.547
Total da carteira de crédito	<u><u>2.119.491</u></u>	<u><u>1.955.163</u></u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(30.788)</u>	<u>(28.521)</u>

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(30.788)	(28.521)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	<u>2.088.703</u>	<u>1.926.642</u>
Total circulante	<u>589.006</u>	<u>551.121</u>
Total não circulante	<u>1.499.697</u>	<u>1.375.521</u>

b. Receitas de Operações de Crédito:

	Exercício	
	2013	2012
Receitas de operações de crédito	354.912	360.510
Empréstimos	319.947	342.763
Financiamento Imobiliário	34.764	17.457
Financiamento Digital	201	290
Total	<u>354.912</u>	<u>360.510</u>

c. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco:

Nível de risco	%	31/12/2013		31/12/2012	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	1.741.096	-	1.774.530	-
A	0,5	320.867	1.605	129.970	650
B	1	6.753	67	7.239	72
C	3	6.721	201	5.561	167
D	10	6.430	643	4.623	462
E (*)	30	8.963	3.215	4.009	1.203
F	50	4.813	2.406	4.521	2.260
G	70	3.992	2.795	3.346	2.343
H	100	19.856	19.856	21.364	21.364
Total		<u>2.119.491</u>	<u>30.788</u>	<u>1.955.163</u>	<u>28.521</u>

(*)

A FHE reclassificou os contratos “desequilibrados” que se encontravam nos níveis “AA” até “D” para o nível “E” tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, os contratos “desequilibrados” classificados nos níveis de risco “F” a “H” foram reclassificados para o nível de risco “E” uma vez que não apresentavam atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observadas as determinações do inciso I e do § do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682/1999.

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

e. Outras informações

A FHE durante o exercício de 2012 realizou cessão de operações de crédito no valor de R\$ 53.123 mil, a fim de gerar caixa.

Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e financiamento para imóveis residenciais foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da

POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

a. Composição do grupamento:

	31/12/2013	31/12/2012
Rendas a receber	<u>2.693</u>	<u>2.493</u>
Diversos	<u>15.619</u>	<u>5.648</u>
Adiantamento e antecipações salariais	73	65
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	1.521	1.488
Devedores por depósitos em garantia	7.810	389
Pagamentos a ressarcir	360	390
Títulos e créditos a receber	22.102	19.812
(-) Provisão para créditos renegociados	(22.102)	(19.812)
Devedores diversos – País	<u>5.855</u>	<u>3.316</u>
Total	<u><u>18.312</u></u>	<u><u>8.141</u></u>
Classificação do ativo		
Circulante	17.572	7.418
Não circulante	<u>740</u>	<u>723</u>
Total	<u><u>18.312</u></u>	<u><u>8.141</u></u>

Rendas a Receber – registra os *pró-labore* a receber provenientes da venda de seguros e a taxa de administração do consórcio.

Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta – registra os adiantamentos concedidos a empregados, Escritórios Regionais e Postos para atender as despesas administrativas.

Adiantamentos e Antecipações Salariais – registra adiantamentos de férias, até que sejam transitados na folha de pagamento.

Devedores por Depósitos em Garantia – registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos fiscais e trabalhistas.

Pagamentos a Ressarcir – registra valor do FCVS, aguardando regularização quando da próxima novação dos créditos a serem homologados pela CEF.

Títulos e Créditos a Receber — registra as operações que foram objeto de renegociação. Os créditos recuperados são classificados como nível "H", e retornam ao ativo totalmente provisionados. A receita é reconhecida no ingresso dos recursos.

Devedores Diversos - País: entre as diversas contas que compõem a rubrica, convém destacar as seguintes:

- Consignações a receber de terceiros (R\$ 5.260 mil) - registra valores a serem processados no mês seguinte, relativos ao Empréstimo Simples e Financiamentos Imobiliários;

- Complementos de prestações a receber (R\$ 138 mil) – registra a diferença no pagamento de prestações imobiliárias a serem analisadas e regularizadas pela área operacional;

b. Composição da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa por nível de risco:

Nível de risco	% Provisão	31/12/2013		31/12/2012	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	-
B	1	-	-	-	-
C	3	-	-	-	-
D	10	-	-	-	-
E	30	-	-	-	-
F	50	-	-	-	-
G	70	-	-	-	-
H	100	22.102	22.102	19.812	19.812
Total		22.102	22.102	19.812	19.812

c. Movimentação da Provisão de Outros Créditos de Liquidação Duvidosa:

	Exercício	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	19.812	17.042
Ativação de prejuízo	2.081	5.541
Baixa por recebimentos	(9.420)	(8.688)
Descontos	(7.029)	(3.060)
Prejuízo	(6.172)	(10.380)
Recuperação de Prejuízo	11.405	8.098
Resíduos	(2)	(7)
Ajustes de exercícios anteriores	0	5.038
Ajustes de provisões	11.427	6.228
Saldo no final do exercício	22.102	19.812

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS

Outros Valores e Bens — Esta conta registra o valor de Material em Estoque, que totaliza R\$ 84 mil em 31.12.2013.

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO

a. Composição:

	R\$ mil				
	Tx de depreciação e amortização	Custo	Depreciação/ Amortização	Exercício	Exercício
				2013	2012
			Líquido	Líquido	
Imobilizado					
Imobilizações em curso	0%	1.006	0	1.006	459
Imóveis de Uso	4%	85.519	(12.069)	73.450	76.850
Móveis e Equipamentos em Uso	10%	4.812	(2.169)	2.643	3.072
Sistema de Comunicação	20%	12.595	(10.213)	2.382	611
Sistema de Proc. de Dados	20%	12	(9)	3	4.289
Total		103.944	(24.460)	79.484	85.281

b. Movimentação:

	R\$ mil				
	Exercício 2013				
	Saldo inicial 31.12.2012	Aquisições	Baixas/Transf.	Depreciação / Amortização	Saldo Final 31.12.2013
<i>Terrenos</i>	540	-	-	-	540
<i>Imobilizações em curso</i>	459	547	-	-	1.006
<i>Edificações</i>	76.310	-	-	(3.399)	72.911
<i>Móveis e utensílios</i>	2.798	64	(14)	(415)	2.433
<i>Máquinas e aparelhos</i>	274	3	(20)	(47)	210
<i>Sistema de comunicação</i>	611	2.385	(2)	(613)	2.381
<i>Sistema de processamento</i>	4.289	-	(2.385)	(1.901)	3
TOTAL	85.281	2.999	(2.421)	(6.375)	79.484

R\$ mil					
Exercício 2012					
	<i>Saldo inicial 31.12.2011</i>	<i>Aquisições</i>	<i>Baixas</i>	<i>Depreciação / Amortização</i>	<i>Saldo Final 31.12.2012</i>
<i>Terrenos</i>	540	-	-	-	540
<i>Imobilizações em curso</i>	366	92	-	-	459
<i>Edificações</i>	79.709	-	-	(3.399)	76.310
<i>Móveis e utensílios</i>	3.191	54	(25)	(422)	2.798
<i>Máquinas e aparelhos</i>	327	8	(9)	(52)	274
<i>Sistema de comunicação</i>	791	48	-	(228)	611
<i>Sistema de processamento</i>	6.571	-	-	(2.281)	4.289
TOTAL	91.495	202	(34)	(6.382)	85.281

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Refinanciamentos - conta que se refere a contrato de confissão e novação de dívidas com cessão de direitos creditórios e outras avenças, firmado entre a FHE e a Caixa Econômica Federal - CEF, com prazo de carência de 24 meses (prorrogação sob análise da CEF), juros nominais de 3,08% ao ano e atualização monetária, capitalizados mensalmente e incorporados ao saldo durante o prazo de carência, totalizando R\$ 5.652 mil, em 31.12.2013 (R\$ 5.468 mil, em 31.12.2012).

Empréstimos - Registra a concessão de financiamento para construção do empreendimento a ser edificado no Noroeste – Brasília (DF) para a demanda do seu público alvo. O saldo devedor é atualizado, mensalmente, “*pro rata temporis*” de acordo com a Taxa Referencial, e a taxa de juros aplicada é de 9,5% a.a., totalizando R\$ 10.045 mil, em 31.12.2013.

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e contribuições a recolher	579	609
Total	579	609

Impostos e contribuições a recolher

- Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte (PASEP, IRRF, ISS, INSS, FGTS, IOF, CSLL, COFINS e PIS/PASEP- Lei n. 9.430/96)

b. Obrigações por recursos consorciados

- Refere-se a sobra de recursos de consorciados a ser devolvida aos mesmos em razão do encerramento dos grupos, totaliza em R\$ 57 mil , em 31.12.2013 (R\$ 39 mil, em 31.12.2012).

c. Diversas

Esta conta engloba as seguintes obrigações:

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos do PROMORAR	3.669	3.664
Adiantamentos recebidos	22.097	28.812
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados	8.535	9.858
Provisão para pagamentos a efetuar	10.286	8.676
Provisão para passivos contingentes	14.088	10.915
Obrigações por remanejamento de imóveis	98	3.296
Obrigações junto à POUPEX	22.155	17.740
Obrigações por aquisição de imóvel	8.411	15.008
Recursos de garantias realizadas	3.281	2.313
Prêmios de seguros a repassar	970	662
Demais	2.000	1.505
Valores recebidos	377	547
Encargos e amortizações recebidos	666	108
Valores a regularizar – ES	453	416
Adiantamentos de sinistros	89	77
Outras	415	357
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>95.590</u>	<u>102.449</u>

Recursos do PROMORAR - registra os valores referentes à taxa de ocupação do Empreendimento PROMORAR, no Rio de Janeiro.

Adiantamentos Recebidos – registra as importâncias recebidas dos mutuários, relativas à parte não financiada dos imóveis a serem comercializados.

Obrigações com vendedores de imóveis/financiados – registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

Provisão para Pagamentos a Efetuar - registra os valores referentes às provisões com pessoal: férias e encargos sociais; ISS - Imposto sobre serviços e pagamentos a fornecedores.

Provisão para Passivos Contingentes está assim representada:

	31/12/2013	31/12/2012
Passivos trabalhistas	1	1
Tributárias	108	108
Fundo para cobertura de sinistro	13.078	9.964
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	115	110
Demais ações: seguro/ES/FAM/Material de construção	786	732
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>14.088</u>	<u>10.915</u>

Obrigações por Remanejamento de Imóveis – corresponde à dívida assumida pela FHE por força de Termos de Ajuste e respectivos Termos Aditivos assinados com o Exército Brasileiro – EB.

Obrigações junto à POUPEX - refere-se a valores a serem repassados à APE-POUPEX a título de ressarcimento pelo custo de pessoal e processamento de dados.

Obrigações por aquisição de imóvel - refere-se a terrenos adquiridos a prazo.

Recursos de Garantias Realizadas - representa valores retidos das Construtoras como garantia, na ocasião do pagamento por execução de obras.

Prêmios de Seguros a Repassar - refere-se a valores de prêmios arrecadados nas operações de crédito a serem repassados a seguradora.

Demais - Valores recebidos – refere-se a valores recebidos para registro dos contratos de financiamento, transferência e taxa de avaliação dos mesmos.

Demais - Encargos e Amortizações Recebidos – Financiamentos – registra recebimento de prestações e amortizações de financiamentos imobiliários, aguardando registro no sistema de cadastro dos mesmos.

Demais - Valores a regularizar – registra basicamente valores transitórios do empréstimo simples.
Adiantamentos de sinistros – registra valores para cobertura de sinistro “decesso”.

NOTA 14 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit da FHE, auferido em 31.12.2013, foi de R\$ 220.485 mil.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio social da FHE é composto dos seguintes itens:

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	<u>2.491.229</u>	<u>2.275.071</u>
Subvenção Inicial	621	621
Reservas especiais	97.433	97.433
Reservas de Resultados Próprios	2.177.017	1.976.585
Superávit do Exercício	220.485	206.867
Ajuste de Exercícios Anteriores	<u>(4.327)</u>	<u>(6.435)</u>

Neste exercício efetuou-se ajuste de R\$ 4.327 mil relativo ao custo calculado, a menor, no período de agosto a dezembro de 2012, referente ao empreendimento Portal das Américas.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A FHE gere a APE-POUPEX, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida Lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855/80, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.

As transações que a FHE efetua com a POUPEX têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

Não obstante, divulgamos a seguir as transações existentes com a POUPEX:

- a) Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na proporção de 64,59% (pessoal) e 91% (processamento). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante de ressarcimento foi de R\$ 131.434 mil (R\$ 111.258 mil, em 31 de dezembro de 2012).
- b) Disponibilidades – Conta remunerada - O ativo de curto prazo refere-se a depósitos especiais aplicados na POUPEX remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cuja receita totalizou no exercício R\$ 9.981 mil, em 31.12.2013 (R\$ 5.922 mil, no exercício de 2012).
- c) Obrigações por Empréstimos e Repasse - Empréstimos – Refere-se a Produção de Empreendimento para construção no valor de R\$ 10.045 mil.

As transações efetuadas com a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX estão assim resumidas:

Contas patrimoniais:

	31/12/2013				31/12/2012			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo Prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Custo:	-	-	22.155	-	-	-	17.739	-
Folha de pessoal	-	-	21.068	-	-	-	16.394	-
Processamento	-	-	1.087	-	-	-	1.345	-
Depósito especial	192.875	-	-	-	161.306	-	-	-
FHE	192.875	-	-	10.045	161.306	-	-	-
Total	192.875	-	22.155	10.045	161.306	-	17.739	-

Contas de resultado:

	<u>Exercício</u>	
	2013	2012
Custo de pessoal	(116.192)	(105.527)
Custo com TI	(15.242)	(5.731)
Encargos sobre empréstimo	0	(594)
Receitas de disponibilidades	9.981	5.922

NOTA 17 – COBERTURA DE SEGUROS

A FHE possui cobertura de seguros para os seus bens. Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas da Fundação são assim demonstradas:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura –</u> <u>R\$ mil</u>
Imóvel – Sede	Cobertura básica - Incêndio	100.000
	Danos elétricos, roubos, etc.	2.500
	Responsabilidade - Civil	1.000

NOTA 18 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras informações extraídas dos controles mantidos pela FHE:

	31/12/2013	31/12/2012
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	168.109	225.026
Contratos de obras por empreitada	35.226	29.347
Hipotecas recebidas pela FHE	458.856	320.525
Contrato de permuta	197.325	197.325
SFH - Parcelas de Financiamentos a liberar	2.203	1.918

ERON CARLOS MARQUES
Presidente da FHE

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
CONTADORA
CRC/DF Nº 008.116/O-1